



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 90, TERÇA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2017



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 93^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE JUNHO DE 2017

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	7
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Críticas à proposta do Governo Federal de reforma trabalhista; e outros assuntos.	7
Senador Telmário Mota – Destaque para a sanção da lei que permite a diferenciação de preços conforme o meio de pagamento; e outros assuntos.	12
Senadora Ângela Portela – Críticas à reforma trabalhista e considerações acerca de projeto de lei de S. Ex ^a que tem como objetivo dar autonomia às unidades administrativas da Suframa.	15
Senadora Regina Sousa – Destaque para o aumento da popularidade do PT e críticas ao arquivamento do pedido de cassação do Senador Aécio Neves pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; e outros assuntos.	20
1.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão solene do Congresso Nacional amanhã, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar os 40 anos de Fundação da Igreja Universal do Reino de Deus.	24
1.2.4 – Oradores (continuação)	
Senador Elmano Férrer – Registro da participação de S. Ex ^a em solenidade do início das obras de asfaltamento da BR-222; e outro assunto.	24
Senador Lindbergh Farias – Manifestações sobre a possível denúncia da PGR contra o Presidente da República; e outros assuntos.	27
Senador Valdir Raupp – Prestação de contas do trabalho desenvolvido por S. Ex ^a em benefício do Estado de Rondônia.	35
Senador Jorge Viana – Registro de agenda cumprida por S. Ex ^a em benefício do Estado do Acre; e outros assuntos.	40



1.3 – ENCERRAMENTO	45
--------------------------	----

PARTE II

2 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 93^a SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicações

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que encaminha o **Relatório nº 3/2017**, de Avaliação de Políticas Públicas sobre a implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira (**Ofício nº 40/2017**) (**vide item 3.1**).

47

Da Liderança do PSDB, de indicação de membro para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (**Ofício nº 135/2017**). *Designado o membro*

49

Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor dos Ofícios "S" nºs 1, 9 e 12/2017; e dos Avisos nºs 59/2016; 1, 3, 6 e 7/2017, com posterior envio ao Arquivo (**Ofícios nºs 1 a 5, 7, 8 e 10/2017**).

50

Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (**Ofício nº 87/2017**). *Substituído o membro*

59

2.1.2 – Documento encaminhado à publicação

Senador Jorge Viana – Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno.

61

2.1.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 203/2017, na origem, que restitui os autógrafos do projeto de lei sancionado e transformado na Lei nº 13.453/2017.

64

2.1.4 – Ofício da Secretaria do Tesouro Nacional

"S" nº 47/2017 (nº 8/2017, na origem), que encaminha o Relatório de Recompras de Títulos da Dívida Pública Federal Mobiliária Externa de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior referente ao mês de maio de 2017.

66

2.1.5 – Parecer

Nº 14/2017-CDH, sobre o Ofício "S" nº 13/2014. *Arquivamento da referida matéria.*

73

PARTE III

3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

3.1 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Relatório nº 3/2017, de Avaliação de Políticas Públicas sobre a implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira (proveniente do Parecer nº 8/2017-CI).

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	83
---	----



5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	86
6 – LIDERANÇAS	87
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	91
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	99
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	102
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	148



Ata da 93^a Sessão, Não Deliberativa, em 26 de Junho de 2017

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

*Presidência dos Sr. João Alberto Souza, das Sr^{as} Ângela Portela e Regina Sousa e dos Srs. Jorge Viana
e Paulo Rocha.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 16 horas e 46 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do sumário**)

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por 20 minutos. S. Ex^a é do PT do Rio Grande do Sul.

Por gentileza, Excelência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, eu venho à tribuna no dia de hoje – e não podia ser diferente –, porque esta semana é uma semana especial. Especial, mas que leva a nós todos um sentimento de tristeza e indignação com tudo que vem acontecendo no nosso País.

Hoje pela manhã mesmo, o ex-Presidente da Funai, Sr. Presidente, fez denúncias gravíssimas. O Sr. Antônio Fernandes Costa, ex-Presidente da Fundação Nacional do Índio, disse que só foi afastado, porque um Deputado disse que a Funai era dele e que ele entendia que os 20 coordenadores regionais deveriam ser indicação dele.

E aí ele dizia: "Mas esse cara não entende nada de índio, de povos originários, como é que eu vou demitir os profissionais e vou indicá-lo?" E ele disse para ele: "Ou você o demite, ou eu demito você também." Foi exatamente o que ele fez.

Quer dizer que a política da negociação, do dando que se recebe não tem mais limite. As denúncias que ele fez hoje na Comissão de Direitos Humanos – e quero cumprimentá-lo pela coragem e pela firmeza, o Sr. Antônio Fernandes Costa – são da maior gravidade, da forma como o Governo Temer está destruindo praticamente aquelas áreas onde é fundamental a responsabilidade com o social.

Pretendo aprofundar mais esse debate num outro momento e quero, Sr. Presidente, neste momento... Mas há isto aqui, que é muito importante também, que me foi lá entregue pelo Vitor Laércio, em que ele mostra inclusive que, na Comunidade Europeia, já se fala em barreiras humanitárias.

Como o Brasil perdeu toda a responsabilidade social, todo o lado humano do debate e das causas, há um movimento na Europa de criar barreiras humanitárias em relação ao Brasil tanto no agronegócio, como também na área da indústria, porque, se o Brasil caminhar para esse lado de desumanizar o tratamento com o seu povo, isso não pode continuar.

Veja o que fez a Noruega. A Noruega, porque o Brasil também se joga a um precipício em relação ao meio ambiente, mandou cortar 50% daquilo que investia no Brasil em matéria – foi o primeiro sinal – de meio ambiente. É nessa situação, Sr. Presidente.

Veja o Fundo de Garantia, a última agora. Eles diziam que o Fundo de Garantia ia para a mão do trabalhador. Agora, ele não vai mais! Estão confiscando o Fundo de Garantia e vão usar o Fundo de Garantia para pagar o seguro-desemprego.



Seguro-desemprego é uma coisa. Fui um dos autores. Lembro-me de que foi uma fusão do projeto do Senador Serra – tem que ser dito, foi quem encabeçou –, meu e do Senador Jorge Wecker. Criamos o seguro-desemprego. Ele não tem nada a ver com o Fundo de Garantia.

Agora, o Governo inventou que, para pagar o seguro-desemprego, ele vai confiscar o Fundo de Garantia do trabalhador. Não recebe mais, se for pela proposta que está sendo vendida aí à população.

Então, é tanta manipulação, Sr. Presidente – tanta manipulação! –, que eu resolvi, no dia de hoje, aprofundar o debate sobre a mentira, sobre a desonestade, sobre a fala fácil e enganosa, a compra de voto vergonhosa. Este Senado não pode, Sr. Presidente, encolher-se, o Senado não pode, vendo que o projeto tem, no mínimo, no mínimo, no mínimo, 200 mudanças, porque são 117 artigos, mas, entre artigos e parágrafos, são 200 mudanças.

Como é que o Senado vai dizer: "Olhe, é ruim mesmo. É perverso. É desonesto. É quase podre o projeto"? E como é que o Senado vai votar e vai dizer que o Presidente que estiver lá depois veta ou não o que ele achar; um Presidente que está sendo denunciado – vai ser denunciado amanhã pelo Janot, não é? – e vem pra cá o afastamento dele. Vai ser votado. O próprio Presidente da Câmara disse que ia votar rapidamente isso. E é nesse clima que vamos votar as reformas?

Por isso, Sr. Presidente, tenho o meu voto já em separado. Tive o apoio – quero registrar aqui mais uma vez – da ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho), da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho), da Abrat (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas), da Jutra (Associação Luso-brasileira de Juristas do Trabalho), da Associação Latino-americana de Advogados Laboralistas e do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho).

E aqui, Sr. Presidente, eles provam o quanto esse projeto, além de perverso, vai na linha de dizer que ele é desumano, o quanto ele é inconstitucional em diversos artigos. Ele fere a Constituição cidadã, liderada por Ulysses Guimarães, por Covas, por Lula, por Nelson Jobim, por Fernando Henrique Cardoso, por Ulysses Guimarães – claro, eu já falei, e principalmente. Ele rasga artigos da própria CLT. Nós vamos provar isto amanhã, inclusive com os juristas que estarão lá. Nós vamos provar que o projeto, além disso tudo, de acabar com os direitos sociais, rasga também a Constituição.

Mas eu vou desenvolver um raciocínio, Sr. Presidente, que amanhã não vou poder desenvolver lá.

Sr. Presidente, quero aqui fazer uma referência ao cientista, astrônomo e escritor Carl Sagan.

Ele era mestre em explicar as complexidades do mundo. Há mais de 20 anos ele assinou *O Mundo Assombrado pelos Demônios: a Ciência Vista como uma Vela no Escuro*.

Nessa obra, ele tratou sobre as inverdades que a sociedade é capaz de criar. Inverdades para não dizer mentiras vindas do Governo Temer. Há um capítulo com o título "A arte refinada de detectar mentiras", onde ele faz uma reflexão sobre os vários tipos de fraude a que somos suscetíveis, desde questões religiosas, científicas e fanatismos de todos os pensamentos.

Carl Sagan demonstra que muitos pseudoperсонagens revelam menosprezo pela inteligência das pessoas. É o que o Governo está fazendo.

Eu aprendi na lógica da vida a nunca atacar todos os meus inimigos ao mesmo tempo. Esse governo usa essa tática ao contrário. Ele ataca o povo brasileiro, ataca o Congresso, ataca o



Judiciário e ainda acha que vai se dar bem. Ele está expondo o Congresso. Ele quer que o Congresso concorde com os absurdos, porque eles inventaram da cabeça deles que o Congresso não pode mexer uma linha num projeto que teve 200 mudanças, como essa reforma – 117 só de artigos.

Eles criam uma corrupção insidiosa das atitudes populares a respeito da objetividade científica. Eles se calcam na corrupção, mentem à população e querem que a população, como idiota, aceite que eles estão certos.

A pesquisa última mostra que 96,5% da população é contra a reforma da previdência assim como é contra a reforma trabalhista. Mas vamos em frente, Sr. Presidente, porque é interessante esse raciocínio.

Carl Sagan criou um *kit* de detecção de mentiras, um conjunto de ferramentas cognitivas e técnicas para fortalecer a mente contra os vários tipos de distorções e mentiras – reforma trabalhista e da previdência, e a própria CPI da Previdência também está ajudando a mostrar as mentiras.

Entre os pontos que Carl Sagan ensina, estão quatro aqui que eu gostaria de citar, para que todos reflitam. Vejamos:

Devemos estimular um debate substantivo sobre as evidências, do qual participarão notórios partidários de todos os pontos de vista.

[...]

Devemos considerar mais de uma hipótese. Se alguma coisa deve ser explicada, é preciso pensar em todas as maneiras diferentes pelas quais poderia ser explicada.

[...]

Devemos nos perguntar por que a ideia nos agrada. Devemos compará-la imparcialmente com as alternativas. Devemos verificar se é possível encontrar razões para rejeitá-la. [...]

Devemos quantificar. Se o que estiver sendo explicado é passível de medição, de ser relacionado a alguma quantidade numérica, seremos muito mais capazes de [...] [chegarmos a uma conclusão e, a partir desse raciocínio de quatro pontos, verificar quem está mentindo].

Aqui, claro, é o Governo que está mentindo, e a população, que não é boba, já percebeu isso.

Observem bem que – abro aspas – "esse processo não é apenas uma ferramenta científica. Ele pode ser trazido para o dia a dia das pessoas e nos proteger contra truques e manipulações".

Por exemplo, pegam o dinheiro da população e pagam propaganda na grande mídia para dizer inverdades. É manipulação vergonhosa, e a população vem percebendo: "Mas quem está pagando essa propaganda aí que quer acabar com os direitos dos trabalhadores e quer acabar com a Previdência?" É o Governo. É o Governo que está aí.

Observem bem que ele pode ser trazido para a política, como está sendo trazido, para o Parlamento, para os discursos dos governos, para as políticas públicas que são apresentadas. É uma questão de você perceber o que se passa à sua volta, a vida do seu país, o que as pessoas esperam de seus governantes.

Observem bem, senhores e senhoras, que a grande virtude que esse cientista, Carl Sagan, nos lega é que, no senso comum, na grande maioria, se encontram muitas e muitas armadilhas que só têm como sanha maior a ganância pelo poder.

É isso. Ele deixa claro isso. O que está por trás de toda essa engenharia é a ganância, a avareza, para ficar cada vez mais bilionário um certo setor da sociedade, e o poder de alguns.



Abro aspas: "Além de nos ensinar o que fazer na hora de avaliar uma [...] [informação, ele] nos ajuda a reconhecer as faláciais mais comuns e mais perigosas da lógica e da retórica", fecho aspas.

O que estou a refletir aqui, Sr. Presidente é que a reforma trabalhista e a reforma da previdência apresentadas pelo Governo Federal – a trabalhista a partir do PLC 38 – são uma grande farsa, uma grande falácia. Elas não são produtos para o desenvolvimento e crescimento do País e muito menos para gerar emprego. Como é que se tira o direito do trabalhador? Você tira o direito dele se você diminui o poder de compra dele. Metendo a mão no bolso dele, como é que ele vai comprar se o bolso dele está vazio? Se ele não compra, o comércio não vende. Se o comércio não vende, a empresa, por sua vez, que abastece o comércio não tem onde colocar o produto, porque está todo encalhado lá. Consequentemente, começa a demitir lá na ponta, ou seja, dentro da indústria.

Eu diria que, pelo contrário, a reforma trabalhista do Governo Temer ataca a vida e os sonhos de milhões de brasileiros. As duas reformas atacam diretamente – e foram especialistas que me colocaram isso na CPI da Previdência – mais de 100 milhões de brasileiros (de forma direta); e indiretamente, eu diria, quase que outros 100 milhões.

Tendo como base e ensinamentos – abro aspas – "a arte refinada de detectar mentiras" que pude estudar no final de semana, Sr. Presidente, quero que sejam registrados nos *Anais* desta Casa documentos tantos que recebi que vão nessa linha, que mostram que o projeto é totalmente inconstitucional, que fere a Constituição que eu ajudei a escrever entre 1987/1988, tanto no campo da previdência como também no da reforma trabalhista. Mas aqui o debate é da reforma trabalhista, porque a da previdência acho que nem passa na Câmara, não vai chegar aqui. Mas a trabalhista está aqui, teremos duas audiências públicas amanhã e teremos na quarta outra votação.

Quero dizer que o texto que me deu subsídios para o meu voto em separado é assinado pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), pela Associação Nacional dos Magistrados – dos Juízes – da Justiça do Trabalho (Anamatra) e também pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat).

Portanto, vamos às mentiras detectadas por essas entidades, que aqui eu citei, sobre a reforma trabalhista e à vergonha que está sendo este Governo, que quer vender a imagem ao País, à Nação, de que se fizer a reforma da previdência e a reforma trabalhista estará tudo resolvido. Não está resolvido coisíssima nenhuma.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero deixar aqui já, porque este é o meu relatório, com o apoio de todas as entidades que citei – no fim, são mais de oito entidades –, e que eu vou ler amanhã, pacientemente. Quem estiver com pressa não vá lá porque eu vou ler e vou mostrar que é totalmente inconstitucional, vou mostrar que no mérito também é. O Relator do Governo falou de mérito e falou também se é constitucional, e eu vou desmistificar, de uma vez por todas, todas as mentiras que estão colocadas naquele relatório.

Dizer para mim que o trabalhador, em vez de receber mensalmente (pela CLT), vai receber um salariozinho por hora que vai dar menos que o salário mínimo é melhor? Então, abra mão aqui o Relator. Abra mão do seu salário e vá para lá para receber o salário por hora. Se vale para o trabalhador, vai valer, também, aqui dentro.

Olhe, está vazio aqui. Há nós quatro aqui. Está vazio. Calcule, o assalariado brasileiro, se fosse a situação dele esta aqui: hoje já não receberia nada, e todo mundo vai receber.



Mas não estou nem entrando no mérito. Cada um tem as suas agendas – falava, na última sexta-feira, quando aqui falei – e terão as suas agendas também na próxima quinta-feira ou sexta-feira.

Mas e o trabalhador? E digo mais: se eles o convocarem, dizendo "Vou lhe dar três horas", e ele concordar e por um motivo não for, vai ter que pagar uma hora e meia para o empregador. Está aqui nesse projetinho – projetinho vagabundo, sem-vergonha, desonesto, coisa de corrupto mesmo, senão não tinha apresentado.

Aqui dentro, Sr. Presidente... Por que eu digo que é corrupto? Porque alguém financiou esse relatório. Esse relatório é só contra os trabalhadores brasileiros. E ninguém financia de graça um relatório. Houve jogo no meio disso. Nós sabemos que infelizmente é assim. Está aqui o relatório que foi construído pelos 5% mais ricos deste País.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E nós vamos desmontando ponto por ponto.

Calcule o senhor... Está aqui nesse relatório – são 200 mudanças – que mulher grávida pode trabalhar em área insalubre. Digam-me, na história do Planeta, se há um único país que bota na lei que mulher grávida pode trabalhar em área insalubre; digam-me um único país do mundo que manda que o trabalhador fique 12 horas, sabendo que a fadiga, o acidente, a morte no trabalho ali vai estar ao lado dele; digam-me um país do mundo em que o horário do almoço passa a ser de 30 minutos. Quem consegue sair da linha de produção...? Eu trabalhei em forja, fundição, enfim, trabalhei lá nas fábricas, durante longo período da minha vida. Sempre dou o exemplo e repito: saia da linha de produção, vá lavar as mãos, vá ali e bata o ponto – porque se tem que bater o ponto –, saia correndo, pegue o bandejão, vá para a...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... depois almoce – e depois tem que entregar tudo lá no refeitório –, entregue lá o bandejão, saia, saia correndo de novo, vá lavar as mãos, bata o cartão de novo, depois vá para a linha de produção. Quero ver quem faz isso em alguns minutos! Qualquer um de nós que saia para almoçar leva uma hora e meia, duas horas – no mínimo, duas horas. E querem que o trabalhador faça em 30 minutos.

Eles admitem que... Propostas estou dando algumas aqui. São absurdas: "Não, mas vamos votar como está, e quem estiver de plantão lá na Presidência, porque não sabemos quem vai ser o Presidente, vai vetar ou não".

Eu diria que o Senado está na seguinte situação: está entre Judas e Pôncio Pilatos – Judas, porque está traindo o povo; Pôncio Pilatos, porque está lavando as mãos, como Pôncio Pilatos fez, e Cristo foi crucificado.

Ele está na crucificação do povo...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, último minuto.



Ele perde a razão de existir. Para que haver o Senado, então? A Casa revisora? É a Casa que está aqui para dizer se é constitucional ou não é? Vamos ter esse debate.

Esses pontos – destaquei aqui alguns, mas poderia falar de 20, 30, 40, 50...

O tempo terminou e, naturalmente, V. Ex^a está coberto de razão. Eu estou indo agora, lá, para presidir a CPI da Previdência; são 14h30, e os convidados já estão lá.

Mas o Senado não pode fazer de conta que não viu o que está aqui. Com que coragem quem fizer isso vai olhar para filho, para neto, para os vizinhos, para os amigos, sabendo que foi ele o que praticamente revogou a Lei Áurea e disse "Volte a escravidão para todos, negros, brancos, índios, ciganos, enfim, independentemente da origem, religião ou procedência"?

Presidente, obrigado pela tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Telmário Mota, do PTB de Roraima. V. Ex^a tem 20 minutos, por gentileza.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador João, do nosso querido Maranhão, que muito nos honra hoje presidindo esta Casa.

Sr. Presidente, dois assuntos hoje me trazem a esta tribuna, mas antes disso eu quero aqui fazer um agradecimento ao Sr. Nilson Vilela, de Itajaí. Este final de semana, Sr. Presidente, eu estive em Itajaí e estive também em Rio Verde. São dois Municípios expoentes da economia brasileira, do Estado de Goiás.

Sem nenhuma dúvida, naquela área, o que muito eu pude ver, tive a oportunidade,... Que eu fui dar uma olhada e o meu Estado, você sabe que meu Estado hoje vive do contracheque, e nós precisamos tirar Roraima da estagnação, colocar no crescimento, no desenvolvimento, na geração de renda, de emprego, produzir para o País, produzir para o nosso Estado. E eu fui olhar ali a convite do empresário Sandro e ele me levou nas diversas propriedades. Lá não há um palmo de terra que não seja aproveitado, não há um palmo de terra que não produza. É fantástico ver aquele povo brasileiro, ali, de mão calejada, homens ricos pela produção, pelo trabalho, entretanto, pessoas simples, pessoas simples produzindo para que o País não pare.

Presidente, você sabe que a economia nossa teve um crescimento de 1% do PIB, que veio exatamente da agropecuária – da agricultura e da pecuária brasileira. Portanto, eu quero aqui parabenizar, parabenizar os companheiros produtores, que nos receberam com um caloroso carinho naquela localidade, principalmente o Nilson, e saudar todos, dizendo que o Brasil se orgulha de vocês. É fantástico ver o quanto que vocês realmente fazem aquelas terras produzirem, não só para o Estado, para a família, para o povo brasileiro e para a Nação brasileira.

Parabéns a todos. Parabéns a todos.

Quero também aproveitar aqui e dizer que lá eu encontrei um senhor – lamentavelmente, se eu errar o nome, você me perdoe, mas para mim era Seu Luiz; ele me deu e eu mandei colocar o nomezinho dele no telefone. E ele disse para mim: "Olha, Senador, todo dia eu lhe assisto na TV Senado, e eu sou fã número um seu, mas também fã número um da Senadora Gleisi e da Senadora Vanessa." Eu falei: "Olha, você até sabe fazer boas escolhas, porque realmente o nosso Parlamento



tem muito mais homens, e você não perde o seu tempo em assistir a essas duas Senadoras que enobrecem, sem nenhuma dúvida, esta Casa e o Parlamento".

Então, quero aqui dizer que está registrada a sua fala, e dizer que foi um prazer enorme poder almoçar com você, abraçá-lo, você me abraçar e dizer para mim, Senador João: "Eu nunca peguei na mão de um político, nunca imaginei encontrar um Senador, e tive a felicidade de o abraçar".

Então, está aí. Eu acho que – eu sempre digo – o mandato é efêmero, é passageiro. Nós é que ficamos. O importante de um mandato é o que que você pode fazer com esse mandato para beneficiar o teu povo, a tua gente e a Nação brasileira.

Sr. Presidente, eu quero aqui, hoje, fazer dois destaques. Primeiro, eu quero falar aqui do professorado, porque há duas professoras ali: a Senadora Ângela Portela, que é minha âncora (sou Senador, porque Deus quis e porque ela me ajudou muito; devo muito a essa nobre Senadora); e a Senadora Regina, essa piauiense, que tem na educação a sua base profissional; ela, realmente,.... Hoje, inclusive, eu ouvia no rádio, Regina, um manifesto seu nesse sentido e os elogios desta própria Casa, em função do seu belíssimo trabalho. Você como boa piauiense, como uma grande mulher brasileira, silenciosamente, você e Ângela defendem aqueles que educam o nosso povo. A mãe nasce para isto: para procriar, para desenvolver, para zelar, para dar o amor e estabilidade ao lar e à família; e vocês passam desse limite: vão até a sala de aula ensinar os filhos dos outros. Parabéns a vocês duas.

Então, em homenagem a essas duas Senadoras, que são oriundas da educação... Sr. Presidente, semana passada o jornal *Estadão* publicou uma matéria intitulada: "Professor ganha em média R\$3.335, segundo o Inep".

É uma matéria repetida que, infelizmente, traz uma notícia que já não deveria mais fazer parte do nosso cotidiano. O jornal mostra as diferenças gritantes entre os salários dos professores federais, estaduais e municipais.

Sr. Presidente João, que já foi Governador e sabe disso, um país que almeja crescer não pode ter os professores como profissionais de segunda ou terceira categoria. Nenhum país do mundo tornou-se potência sem investir na educação – está aí a China. Se o Brasil quer sair do berço esplêndido e ganhar o mundo, é inevitável que a educação básica de qualidade seja a sua prioridade.

Hoje, o combate à corrupção está sendo comentado e comemorado em cada esquina, em cada família, em cada igreja deste País. O que temos a fazer para que a educação tenha essa mesma importância? O que temos para fazer? Causar o mesmo orgulho que hoje causa a Operação Lava Jato? Precisamos fazer com que a educação brasileira, nossa, tenha esse orgulho do povo brasileiro.

O primeiro passo é termos governantes comprometidos com a educação, do vereador ao Presidente da República. No ano que vem, teremos eleições. Então, vamos observar os candidatos mais comprometidos com a educação – e aí, Ângela, tu já levas vantagem. Estes, sim, deverão ter o nosso voto e o nosso respeito.

Para ajudar o Brasil a entrar nessa discussão, estou estudando a possibilidade de um projeto de lei igualando os salários dos professores federais – em média, hoje, de R\$7.767 – para todos os professores.

Nas conversas iniciais, imagino que, para não onerar Estados e Municípios, a União deverá complementar o que falta até atingirmos o valor de R\$7.767.



Eu gostaria de ouvir o Ministro da Educação sobre essa proposta, sobre como fazer para que ela vingue, ouvir os profissionais da área, fazer uma ampla discussão, principalmente na Comissão de Educação. Portanto, Sr. Presidente, estamos iniciando um projeto nesse sentido, para que possamos dar aos professores, para que sejam exclusivos realmente da educação.

Por outro lado, Sr. Presidente, hoje eu estive numa solenidade no Palácio do Governo. E ali no Palácio, assisti à assinatura de uma lei que permite a diferenciação de preços entre as compras à vista e as com o cartão de crédito. A partir de agora, Sr. Presidente, por força de lei, os comerciantes e empresários do ramo de serviços poderão cobrar para o mesmo produto – olhe aí, Presidente, como é importante – preços diferentes conforme o meio de pagamento. Isso não podia. Eles faziam, mas era ilegal.

Agora o Governo Michel Temer abriu, deu celeridade a isso, ajustou essa necessidade da população. E aí os preços de bens e serviços oferecidos ao público, em função do prazo ou da forma de pagamento utilizada pelo consumidor... Na prática, a nova lei regulamenta os descontos em compras à vista ou pagas em dinheiro em espécie. Até então, os varejistas não tinham permissão legal, Sr. Presidente, para cobrar valores menores em produtos pagos à vista.

A medida tem como objetivo melhorar o ambiente de negócios, estimular a economia em meio à crise e oferecer um maior poder de barganha ao consumidor. E por falar nisso, o poder de barganha do consumidor não é fácil, não. Não é fácil, não. Para se ter uma ideia, 76%, a cada dez, sete fazem a famosa pechincha. E quem faz isso, Presidente João? Exatamente o mais necessitado – o mais necessitado. A classe média, a classe burguesa, essa tem cartão de crédito, essa ganha tempo. Já o humilde, o assalariado, o trabalhador de mão calejada, esse, não; ele tem que comprar à vista. E aí ele estava pagando, imagina...

Por isto, essa lei é interessante: ela é transparente – olha só –, ela tem um cunho social, porque evita que você pague um valor a prazo, o valor de uma mercadoria, pagando em dinheiro. Enquanto outro compra com cartão e leva dias para liquidar, você tem que fazer o desembolso imediato. Então, é uma transferência, na verdade, de recursos para o bolso das pessoas mais humildes. E com a pechincha ele vai – olha só – reduzir o valor, vai poder comprar mais, as lojas vão vender muito mais. Olha o que falam aqui os comerciantes, os vendedores de comércio e serviços: 77% das pessoas disseram que essa nova lei deu uma pujança nos seus negócios, 77%. Olha que beleza! Então, foi uma medida... É uma medida simples.

E há mais. Olha o que disse o Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), o Sr. Honório Pinheiro, sobre a importância da medida: "Essa é uma luta histórica do setor de comércio e serviços, que sempre enxergou, na diferenciação de preços, uma oportunidade para que o consumidor obtenha melhores preços no pagamento à vista e para que o empresário tenha a segurança jurídica para estipular uma política de diferenciação, considerando as taxas cobradas pelas administradoras dos cartões de crédito."

Veja, Sr. Presidente: era uma necessidade de dez anos. Há dez anos, esses lojistas e de serviços, Senadora Regina, queriam essa lei para poder fazer esse abatimento, para poder dar esse desconto, para ceder às pechinchas do povo brasileiro. Então, é uma medida acertada. Isso naturalmente melhora muito a economia.

O mesmo Presidente da Confederação, o Sr. Honório, disse mais: que aquela medida de poder usar o FGTS, Presidente, João, injetou na economia 40 bilhões – 40 bilhões. E agora essa medida vai



naturalmente dar um aquecimento nessa economia. Ela vai gerar mais renda. Ela vai dar mais rentabilidade. O comerciante pode expandir o seu trabalho. Então, sem nenhuma dúvida, com essa lei tão pequena, singela – são só dois artigos e, se não me engano, um parágrafo –, você resolve uma questão de dez anos, destravando-a.

Eu vejo aqui sinceramente, às vezes, até muita crítica ao Presidente Michel Temer, mas a gente tem que aqui fazer justiça. Por exemplo, a questão do pré-sal. Quando ele deu o direito, fez a mudança, eu fui contra, radicalmente contra. Até combati com o Senador Serra aqui e tal. Aí hoje vejo o jornal dizer que isso flexibilizou, deu um avanço e que hoje o Brasil já passou do México e da Venezuela em produção.

A questão do congelamento. Na época do congelamento, eu ouvi muito todos os lados, com muita cautela, principalmente na questão da educação e saúde. Nós fizemos uma emenda de plenário. Fui derrotado aqui democraticamente, porque eu não queria o congelamento da educação e da saúde, mas eu entendia que, naquele momento, quem ganhava dez não podia gastar vinte. O Brasil ganhava dez e gastava vinte. Era preciso ajustar essas contas. Eu não sei se o ajuste foi feito no setor errado, mas era preciso. Eu não sei se os ricos ficaram protegidos, e os pobres, sacrificados, mas era preciso ajustar.

Aí eu me lembrei de que um grande economista disse aqui, no debate nessas audiências públicas, o seguinte: "Só há três alternativas para equilibrar os gastos públicos com a receita, a arrecadação: primeira, dar um calote, como aconteceu no governo do Senador e ex-Presidente Collor, tomar a poupança de todo mundo – o País ia afundar mais no desequilíbrio. Na segunda, você mexe na taxa de juro, como a Presidente Dilma fez, baixá-la por imposição do Executivo. O que você faz? Você desequilibra o mercado. Você baixa a taxa de juro, aumenta a demanda, cai a oferta e cria a inflação. A outra era esta: fazer um congelamento que, na verdade, vai ser flexível, com dez anos, porque não se pode dar o choque imediato. Pronto. Derruba tudo aqui. Não paga mais nada. Não. E paulatinamente o País vai crescer, se Deus quiser, e vai sair desse congelamento. Este próprio Congresso vai estar mudando. E serve de bandeira, Senadora Ângela, para os próximos candidatos a Presidente, inclusive, no ano que vem, dizerem: "Eu, ganhando, vou descongelar, vou aumentar aqui, vou gerar aquele emprego." Aí é bandeira política.

Eu queria parabenizar o Governo por essa medida inteligente, que permitiu esse melhor desempenho do comércio e serviço, gerando emprego, gerando renda, aumentando os negócios e dando ao consumidor, principalmente o consumidor mais humilde, a oportunidade de comprar muito mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Sou eu quem agradeço a V. Ex^a, Senador Telmário Mota.

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela, do PDT, de Roraima, terra também de Telmário Mota.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto; Srs. Senadores; Sr^s Senadoras; Senadora Regina; Senador Telmário; quero cumprimentar todos que estão aqui acompanhando, nesta terça-feira, esta sessão do Senado Federal.



Sem dúvida, é um momento político por que o País passa de extrema tensão, de muitos escândalos sucessivos envolvendo a classe política, a crise econômica, e observamos que há uma preocupação do povo brasileiro, uma atenção especial para aquilo que está acontecendo no Congresso Nacional.

O temporal de escândalos que marca o Governo Temer tende a inviabilizar de vez a permanência dessa administração. A gravidade das denúncias torna ainda mais frágil a situação deste Governo. Após receber do Supremo Tribunal Federal o resultado das investigações da Polícia Federal sobre o próprio Presidente da República, que afirmam haver sinais claros de corrupção, o Procurador-Geral da República prepara-se para apresentar denúncia contra o Presidente da República. O próprio Supremo examinará essa denúncia.

Enquanto isso, pesquisa Datafolha mostra rejeição recorde ao atual Presidente da República e a seu Governo. Apenas 7% aprovam Temer, nível nunca registrado em 28 anos de pesquisas. Podemos afirmar que o Governo Temer é o mais impopular de nossa história.

A população se prepara para, uma vez mais, ir às ruas pedindo a imediata substituição do Governo, porque está prevista uma greve geral no dia 30 de junho. Vemos assim se deteriorarem ainda mais as condições legais para a continuidade do atual Governo. A ação do Ministério Público e da Polícia Federal revela a verdadeira origem do poder dos ocupantes deste Governo, enquanto o Poder Judiciário cumpre seu papel.

Essa é a boa notícia.

A má é que, mesmo agonizante, o Governo Temer persiste em suas iniciativas que buscam eliminar de vez os direitos conquistados pelos trabalhadores brasileiros. É assim que, mesmo convivendo com um Executivo decrépito, está na agenda do Senado a reforma trabalhista, que consiste, na verdade, na erosão desses direitos.

Relator da reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e integrante da cúpula deste Governo, o Senador Jucá apresentou relatório favorável à constitucionalidade da proposta. O relatório bancado pelo Governo previsivelmente é favorável à manutenção do texto da reforma trabalhista aprovado lá na Câmara. Mesmo com a derrota ocorrida na Comissão de Assuntos Sociais, a palavra final sobre o tema vai ficar aqui no plenário do Senado.

O texto recomenda a aprovação do projeto por não, entre aspas, "possuir vício de inconstitucionalidade". Haveria espaço, num ambiente constitucional, para os ajustes propostos pela medida. Ao justificar sua postura favorável ao esbulho de direitos, o relatório afirma que, entre aspas, "afinal, a realidade de 1940, ano de publicação da CLT, difere completamente da realidade vigente em 2017".

A diferença entre aquele tempo e o atual está em que hoje ocupa o Governo uma administração comprometida com os interesses dos poderosos, com os interesses do que há de mais atrasado nas forças econômicas do País. A diferença está em que, ainda que provavelmente por curto espaço de tempo, o Palácio do Planalto está controlado por um grupo que pretende fazer regredir em sete décadas as relações sociais do País.

Na ótica do Governo, busca-se, abro aspas, "a substituição de um marco regulatório extremamente regulador e invasivo que gera insegurança; afinal, nunca foi dada, no Brasil, uma liberdade real para a autorregulação do mercado de trabalho e para a negociação direta entre as partes", fecho aspas. Essa afirmativa espanta pela franqueza. A legislação trabalhista brasileira



realmente não se pauta hoje pelo que o Relator, figura de proa do Governo Temer, chama de autorregulação. Pauta-se, isso sim, pelo reconhecimento de que se precisa definir e aplicar os direitos dos trabalhadores, a parte mais fraca dessa relação. É o reconhecimento histórico dos direitos sociais, algo que o atual e atrasado Governo tenta ignorar. Seria, se aprovado, um retrocesso de mais de sete décadas.

O texto representa perigo aos trabalhadores por significar o desmonte da legislação trabalhista e da rede de proteção à classe trabalhadora do País. Constitui, na verdade, um conjunto de perversidades no que tange aos direitos trabalhistas. Sua redação foi feita sob medida para demolir os direitos garantidos historicamente ao trabalhador brasileiro. Um exemplo claro desse problema é dado pela nova redação que se tenta impor no art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho. Determina-se que, abre aspas, "a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre uma série de temas". Isso é o que se chama o famoso negociado sobre o legislado.

Seguem-se quinze incisos que cobrem questões tão amplas quanto a jornada de trabalho; banco de horas anual; intervalo intrajornada no limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas; plano de cargos, salários e funções; representante dos trabalhadores no local de trabalho; ou remuneração por produtividade. Até a troca de dias feriados está nessa lista.

São exemplos – vou citar aqui alguns exemplos – do poder destrutivo do texto que agora será votado: a ampliação da terceirização de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal; o contrato de trabalho de jornada intermitente; a habitualidade na realização de horas extras; a livre negociação à revelia da CLT e do próprio Judiciário; entre muitos outros.

Passamos por vários momentos de crise política e econômica, e nem na ditadura militar teve-se a desfaçatez que tem o Governo Temer-Jucá de impor à sociedade brasileira tamanho retrocesso social, em afronta ao Estado democrático de direito.

Não podemos concordar com uma reforma que cobra dos trabalhadores o custo da crise política e econômica e os torna alvo de medidas restritivas do Governo, por representarem o lado mais fraco e vulnerável, que é o do trabalhador.

A reforma trabalhista não pode passar. Ela é desumana, ela é cruel, ela retira direitos da classe trabalhadora brasileira.

Mas, Sr. Presidente, eu também trago um assunto muito relevante e que atende, contempla e discute a situação da economia, a situação do desenvolvimento dos Estados da Região Norte. E aqui eu digo que o desenvolvimento do meu Estado, Roraima, é um anseio da nossa população; e torná-lo realidade é também um anseio do nosso trabalho parlamentar, do nosso mandato.

Com esse empenho, Sr. Presidente, eu apresentei ao Senado um projeto de lei com vista a garantir autonomia às unidades administrativas da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para planejar e executar ações visando ao desenvolvimento socioeconômico dos Estados de abrangência dessa superintendência.

As unidades administrativas descentralizadas se localizam nas capitais dos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, que compõem a Amazônia Ocidental, e nas áreas de livre comércio.

Autarquia federal vinculada ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a Suframa é responsável pela administração do modelo Zona Franca de Manaus, implantado pelo governo brasileiro com o objetivo de viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental e



promover a integração produtiva e social dessa Região do País, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras.

Com o objetivo de minimizar o custo associado à deficiência de infraestrutura amazônica, ampliar a produção de bens e serviços voltados à vocação regional, assim como capacitar, treinar e qualificar trabalhadores, a Suframa faz parcerias com governos estaduais e municipais, além de cooperativas e instituições de ensino e pesquisa. Também financia projeto de apoio à infraestrutura econômica, produção, turismo, pesquisa, desenvolvimento e formação de capital intelectual.

Eu entendo que a descentralização das decisões sobre ações a serem realizadas pela Suframa em benefício da Amazônia Ocidental poderá incrementar ainda mais o ritmo do avanço da Região, na medida em que permitirá às representações estaduais que procedam ações próprias de estímulo ao desenvolvimento dos Estados em que atuam.

Essa autonomia administrativa, nos termos do projeto que apresentei, terá limites definidos no Regimento Interno da Suframa, a quem compete a administração da Zona Franca de Manaus.

A Suframa atua com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, utilizando, de forma sustentável, os recursos naturais.

A promoção do desenvolvimento regional tem base no modelo da Zona Franca de Manaus, que é um modelo de desenvolvimento econômico moderno, voltado a fortalecer a indústria nacional, aliando proteção ambiental à melhor qualidade de vida à população.

Assim, com uma estrutura que compreende três polos econômicos – o comercial, o industrial e o agropecuário –, a Zona Franca de Manaus gera desenvolvimento econômico e social a nossa Região Norte.

Só para se ter uma ideia, o Polo Industrial de Manaus, considerado base de sustentação da Zona Franca, possui cerca de 600 indústrias de alta tecnologia que geram mais de um milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos setores de eletroeletrônicos, químicos e duas rodas.

O que é produzido na Zona Franca de Manaus faz parte da vida de milhões de brasileiros. Os aparelhos de televisão, as motocicletas, os fornos de micro-ondas, os relógios de pulso, os brinquedos das crianças, os equipamentos dos carros e todos os dispositivos móveis, próprios desta era digital, são fabricados na Zona Franca de Manaus.

Ela foi criada em 1967; produz tecnologia de ponta em plena Floresta Amazônica; e adotou uma política de incentivos que consolidou o Polo Industrial de Manaus.

A Zona Franca de Manaus se tornou um exemplo bem-sucedido de desenvolvimento em bases sustentáveis e teve sua prorrogação aprovada, pelo Congresso Nacional, até 2073.

O Programa de Interiorização da Suframa possibilita distribuir a riqueza gerada pelo Polo Industrial de Manaus para os 153 Municípios de sua área de atuação por meio de projetos voltados para a ampliação da produção, criação de condições infraestruturais e atração e promoção de novos investimentos de efeito multiplicador.

Nesse contexto, destaca-se a diversidade de produtos turísticos e de ecossistemas, que têm o suporte e apoio da Suframa para o fomento de ações voltadas ao desenvolvimento do setor na Amazônia, interiorizando políticas nacionais de maneira a melhor atender Estados e Municípios no incremento de seus atrativos, com obras como orlas, estradas, reformas em pontos turísticos, qualificação da mão de obra, entre outras ações da Suframa.



No meu Estado, em Roraima, os projetos financiados pela Suframa são a revitalização do Parque Anauá, em Boa Vista; a melhoria da infraestrutura turística na orla de Boa Vista, o apoio à implantação do Centro de Informações Turísticas e a ponte em concreto sobre o Rio Apiaú, no Município de Mucajáí.

Eu considero muito pouco. Acho que se poderia fazer muito maior investimento tanto em Roraima como nos demais Estados. Mas, de fato, podemos perceber que há efetividade da Suframa em promover o desenvolvimento região em que atua. Há efetividade sem dúvida alguma; porém o foco de suas ações é a cidade de Manaus, deixando o restante da área sob sua jurisdição sem a atenção necessária e desejada pelos governos e empresários das demais localidades.

O meu Estado reclama muito disso. Os empresários reclamam; o Governo do Estado reclama; a sociedade roraimense reclama da falta do foco que a Suframa poderia dar para nós e para os demais Estados da Região. Há reclamações de que a Suframa não aplica nem mesmo os recursos arrecadados por suas unidades administrativas descentralizadas em benefício dos próprios Estados onde tais recursos financeiros são originados.

Do mesmo modo, a superintendência não estaria realizando os investimentos necessários para atender à demanda por ações de desenvolvimento econômico e social fora da sua sede, muito concentrada no Amazonas, em Manaus.

Nesse sentido, faz-se oportuna a proposta da Senadora Vanessa Grazziotin, apresentada à Medida Provisória nº 757, que cria duas taxas na Suframa: a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais e a Taxa de Serviços, destinada a custear a segurança e a prestação de serviços da entidade. A proposta da Senadora veda o contingenciamento, pelo Governo Federal, dos recursos provenientes da arrecadação dessas taxas da Suframa.

Para nós, que vivemos na Região, o bloqueio dessas taxas praticamente paralisa a Suframa. Contingenciar recursos da Suframa é causar prejuízo ao desenvolvimento socioeconômico desses Estados contemplados, desses Estados da Região.

Portanto, reafirmo que a descentralização das decisões sobre ações da Suframa só virá fortalecer o projeto de interiorização das políticas nacionais com vistas ao desenvolvimento econômico da Região da Amazônia Ocidental.

A autonomia das representações estaduais, para procederem às ações próprias que estimulem o desenvolvimento dos Estados onde a Suframa atua, é um bem necessário na missão dessa superintendência de promover o desenvolvimento econômico, incrementando o avanço regional.

O meu projeto apresentado, do qual falo aqui, descentraliza as ações, dá autonomia para que a representação da Suframa nos Estados possa preparar projetos de desenvolvimento regional, projetos de desenvolvimento estadual, que possam, sem dúvida nenhuma, atender às especificidades de cada Estado. É a Suframa de Roraima planejando o desenvolvimento de Roraima; a Suframa do Acre planejando o desenvolvimento do Acre; a de Rondônia... E assim por diante, porque esta centralização, da forma como está hoje, beneficia um Estado apenas; e nós queremos a descentralização exatamente para tornar a atuação da Suframa mais igualitária, para que possa atender às necessidades desses Estados da Região Norte.

Aqui, queria contemplar, valorizar e destacar o meu Estado de Roraima. Nós nos ressentimos – a classe política, empresarial, a classe de trabalhadores do Estado – dessa necessidade de



descentralizar as ações das Suframa, para que a Suframa de Roraima possa planejar e executar projetos de desenvolvimento no próprio Estado.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Há pouco, a Senadora Ângela Portela procurava saber qual era o grupo que estava nos visitando. E eu quero dizer que é o grupo de professores e coordenadores pedagógicos de vários Estados, participando do curso de Missão Pedagógica no Parlamento, promovido pela Câmara dos Deputados.

Deve haver alguém aí de Roraima. Há ou não?

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Do Maranhão, há alguém?

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Também.

Que sejam bem-vindos!

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Paraná...

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Um abraço nosso.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Santa Catarina...

Obrigado.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa, do PT, do Piauí, por vinte minutos.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, pessoal que acompanha pelas redes, visitantes que estão saindo, cuja presença aqui foi um prazer.

Professores, é importantíssimo vocês estarem percebendo como funciona o Parlamento para fazer a meninada tomar conta disto aqui. É preciso que os alunos aprendam o que é isto aqui e tomem conta disto aqui, que é deles, viu?

Eu vou falar de alguns pontos, eu não tenho um único tema hoje para minha fala.

Primeiro, quero registrar com pesar o aumento do feminicídio no meu Estado.

Em quatro semanas, foram quatro assassinatos de mulheres no Piauí.

Houve um estupro coletivo lá em Uruçuí, onde eu fiz, inclusive, diligências, visitei todas as famílias, fiz audiência pública, e deixamos alguns encaminhamentos. Logo em seguida, houve o assassinato de uma menina pelo namorado com apenas duas semanas de namoro. Começaram a namorar no Dia dos Namorados, e, duas semanas depois, ela foi assassinada por ele, um tenente do Exército. Na terceira semana, em Caldeirão Grande, uma frentista de posto de gasolina foi assassinada pelo ex-namorado, também por insatisfação com o fim do namoro. E ontem houve o



assassinato de uma psicóloga. A gente não sabe ainda quem são os autores, mas o caso está sendo investigado lá no meu Estado. E a gente vai saber detalhes daqui a pouco.

Mas isso é preocupante! E eu não sei se acontece só no Piauí – porque se dá visibilidade, e tudo vem à tona – ou se está aumentando mesmo no Brasil o feminicídio.

E é uma coisa preocupante, porque a gente fica meio sem saber o que fazer, uma vez que são pessoas da relação social, da afetividade das mulheres, os autores dos assassinatos. Então, é muito difícil você proteger essas mulheres individualmente. Não há como, não há Estado que dê conta. Algumas medidas são tomadas.

No meu Estado, por exemplo, nós temos um aplicativo de alarme para pessoas que estão correndo risco. É um dispositivo muito importante, que está no Google e que, inclusive, qualquer Estado pode usar: o Salve Maria, um aplicativo para ser baixado no celular. No celular há um dispositivo chamado Salve Maria, pelo qual você avisa ao distrito policial mais próximo se sentir que uma mulher está correndo risco – ou a própria mulher pode também avisar. Diferentemente das pulseiras, que só as mulheres utilizam, porque têm que ser usadas no braço, o aplicativo Salve Maria está disponível no celular para todo mundo, em todo o Brasil. Você aciona o aplicativo e a campainha toca no distrito mais próximo, e ele leva, no máximo, dez minutos para chegar ao local. Mas mesmo isso não tem inibido o feminicídio no meu Estado, infelizmente.

Então, eu queria deixar este registro e cobrar também um pouco mais de eficiência do pessoal da segurança do meu Estado, que já é muito eficiente.

O outro registro que eu quero fazer é de uma audiência pública de que o Senador Paim até já falou aqui.

Hoje, nós tivemos conosco o ex-Presidente da Funai numa audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. Como ele fez quando saiu, em entrevistas, algumas denúncias, hoje ele fez revelações muito sérias em relação à Funai, ao desmonte da Funai, ao domínio da política dentro da Funai.

Ele, inclusive, chegou a citar nomes. Disse que um único Deputado o chamou em seu gabinete... Eu vou dizer o nome do Deputado, porque ele disse: André Moura – acho que é Líder do Governo, se não me engano. O Deputado chamou o Presidente da Funai em seu gabinete e entregou 21 nomes para substituir toda a equipe de finanças na Funai.

Olha só! Por que não a equipe administrativa, mas a equipe das finanças? Licitação, contratos, pagamentos, compras. E 21 pessoas tinham de ser substituídas. Ele, naturalmente, se negou e depois viu as nomeações começarem a chegar à revelia dele, porque o titular do órgão, geralmente... Mesmo sendo pedido, encaminhado pelo chamado dono do poder, eles geralmente encaminham para a pessoa fazer o ônus nomeando, encaminhando para o *Diário Oficial*, encaminhando para a Casa Civil para nomear. Mas ele se viu surpreendido todos os dias com nomeações novas, e sempre políticas. E ele disse que ouviu o Presidente da República dizer que estava ali para atender as bancadas. Naturalmente, as bancadas que o apoiam. Então, seria troca de apoio. E ele disse que tem muito mais coisa a dizer, mas que ainda iria se preservar, se resguardar.

Então, nós precisamos saber, inclusive... Nós conversamos com ele, e talvez ele tenha uma conversa mais restrita, mais fechada, em que não estejam presentes os meios de comunicação. Mas eu fiquei muito preocupada, porque o aparelhamento da Funai é só um exemplo do que está acontecendo para este Governo se manter; para se manter, está correndo solta aí a questão da



liberação de emendas. Todo mundo com emenda liberada para votar nas reformas e para não votar pelo afastamento do Presidente se, por acaso, chegar lá na Câmara, e deve chegar.

Então, eu queria fazer esse registro para, depois, fazer um discurso maior, mas ele falou da doação do Ministro da Justiça, que era a política anti-indigenista que ele chegou para implementar, o Osmar Serraglio. Então, foi uma audiência pública muito reveladora, muito corajosa, inclusive, do ex-Presidente da Funai, Sr. Antônio Fernandes. E acho que a gente tem muito ainda a investigar a esse respeito.

Quero fazer, também, o registro de uma pesquisa do Datafolha que diz que o PT está recuperando sua popularidade: está em 18% a do Partido dos Trabalhadores, que chegou a 5%. E já chegou de novo a 18%. Isso revela que a população está percebendo a manipulação que foi feita em todo esse processo contra o PT. Não é que o PT não tenha erros – tem, sim! Mas foram usados, como a gente sempre diz, dois pesos e duas medidas em relação ao PT, e a população está percebendo e está devolvendo essa credibilidade ao PT, dando uma outra chance ao Partido, porque está percebendo também que foi quem mais fez pelos pobres, diante, agora, do desmonte que querem fazer de todos os direitos das pessoas mais pobres, dos trabalhadores principalmente.

E aí a gente pode puxar o fio da meada. Começou lá o mensalão. Chamavam de "mensalão do PT". Faziam questão de, a toda hora, dizer "o mensalão do PT", mas aí se descobriu que houve um mensalão bem antes, mas não era "mensalão tucano". A gente chamava, mas, para eles, era o "mensalão mineiro", como se o povo de Minas tivesse algo a ver com isso. E a gente percebe: "mensalão do PT". Logo fizeram os espetáculos midiáticos, transmissões ao vivo, em rede de TV, dos julgamentos e condenações, principalmente do ex-Ministro José Dirceu. E do mineiro, nada! Do tucano, nada! Vai prescrever! Pasmem, vai prescrever em dezembro. Ninguém pagou por isso. Há depoimento de Marcos Valério, de um monte de gente aí. Eduardo Azeredo chegou a ser condenado em primeira instância, mas nunca pôs os pés numa delegacia.

Então, isso tudo mostra a diferença de tratamento, e a população brasileira começa a despertar para isso. Isso é muito importante. Eu acho que essas andanças da gente no interior, nos debates, têm favorecido isso, mas o que preocupa é que vai prescrever cheio de provas, recheado de provas, e não vai acontecer nada com o tucanato. E por aí vão outros exemplos: Metrô de São Paulo, recheado de provas; Rodoanel; merenda escolar em São Paulo. Quando pegam, pegam os peixinhos. A gente sabe, e os depoimentos das pessoas que depuseram contra dizem que há o envolvimento da cúpula, mas eles conseguem, com a devida conivência de alguns setores, escapar.

O episódio Delcídio e Jucá, por exemplo – refiro-me às gravações. Delcídio foi condenado por uma gravação; Jucá teve a mesma gravação. O que Delcídio disse naquela gravação? Que havia falado com fulano, o ministro tal, que ia falar com o ministro tal para resolver o problema lá do preso. E o Jucá disse que tinha falado com o Comandante das Forças Armadas, que tinha falado com um ministro do Supremo para fazer um acordão. Está lá a palavra: "acordão com tudo, o Supremo e tudo", ele disse, "para estancar a sangria", que era estancar a Lava Jato. Ainda disse mais: "Mas com ela não dá." Ela era Dilma Rousseff. Então, começaram a arquitetar o golpe; veio a arquitetura do golpe. Eu já contei essa história todinha, porque há todos os passos que foram dados para o golpe.

A população está começando a perceber, por exemplo, a questão da perseguição ao Lula, a questão das provas. Cadê as provas? Lula vai ser julgado – aliás, condenado; já está na mesa do



Moro e deve ser condenado. Mas cadê as provas? Cadê uma escritura? Cadê um registro de imóvel? Cadê um recibo de compra e venda? Não há. Mas há convicção. E aí é de estranhar, pois a convicção vale mais do que a prova neste País? Porque há convicção. O Dallagnol anda por aí fazendo palestra com seu *power point* para convencer a população, os setores que o chamam, que o convidam para fazer suas palestras, de que Lula é culpado. E ele que disse que as palestras do Lula não existiram, embora estejam todas gravadas. Há depoimentos de pessoas que estavam presentes, mas não, eram propina. E as dele? Por que eu não posso dizer que as dele também são de alguém que não gosta do Lula e que lhe está pagando para fazer essas palestras? Posso dizer isso. Não preciso de prova. Não tenho nem convicção, mas eu posso dizer. Nem convicção eu tenho, não, mas eu posso dizer, porque ele diz. Todo mundo sabe, todo mundo viu. Há tantos registros das palestras que Lula fez – mas não.

Então, é muito ruim isso, porque, mais cedo ou mais tarde, a população percebe. E, quando estava caminhando para parecer que ia ficar em pé de igualdade, que ia tratar todo mundo igual, agora com essa questão do Temer e do Aécio as coisas começam a ser desviadas de novo. Pena que o João Alberto não está aqui, mas não acho correto que a Comissão de Ética diga que não tem prova contra Aécio. Pode até ser que num julgamento ele consiga provar que é inocente, mas as provas são robustas e tinham que, pelo menos, ser discutidas. E a Comissão de Ética, simplesmente, diz que não há provas. E havia provas contra o Delcídio? Eu acho que, se não se apurar, se a Comissão de Ética não debater o assunto Aécio, ela vai ter que fazer uma sessão para devolver o mandato do Delcídio, porque a gravação do Delcídio diante da gravação do Aécio é bebê.

Então, tem que pelo menos discutir, se esta Casa quiser resguardar um pouco de credibilidade que ainda tem. Eu acho que não se pode voltar aos dois pesos e duas medidas. Estava caminhando para um rumo que a gente achava que já ia agora atingir todo mundo e punir quem tivesse que ser punido. Mas me parece que não. O Presidente da República fala que ninguém vai pegá-lo, que não vai haver desmonte nem com ele nem com os seus ministros – ele que deu vexame agora numa viagem ao exterior. Até Fernando Henrique acha que ele não tem mais condições. Mas ele acha que tem e que vai segurar porque tem... Não é que ele seja inocente, ele não diz que é inocente, ele diz que tem maioria para segurá-lo na Câmara.

Então isso é muito grave, é muito sério, e a gente precisa, este Senado tem que caminhar por um trilho comum. Não pode tratar diferente, porque senão como é que a população... O que que a população vai achar? E acho que é isso que a população está começando a perceber e está devolvendo a credibilidade do PT: 18% já é muita coisa para quem chegou a 5%. Foi ao fundo do poço, como a gente diz. E agora é Datafolha, não se pode dizer que foi encomendado pelo PT, porque foi o Datafolha que fez a pesquisa e o segundo colocado tem cinco. Isso significa percepção do que acontece, dos dois pesos e duas medidas aqui, porque o que o Senador Aécio disse, numa situação de informalidade, ele diz uma coisa daquela... Até em matar ele fala para não ser delator? Que brincadeira é essa? Que brincadeira séria é essa? Tem que explicar que brincadeira é essa.

Da mesma forma que hoje nós estamos aí com notícias que as pessoas não querem dar explicações. Eu não acredito que as pessoas tenham a ver, mas têm que vir dar aqui... Por exemplo, houve o caso do helicóptero com a cocaína, disseram que não era do Senador Perrella. Agora, de quem era? A Polícia Federal nunca disse de quem era aquela cocaína. Onde é que está aquilo? Depois houve um outro avião pego com cocaína e a gente não sabe como é, e hoje há notícia de um outro avião que saiu de uma fazenda também de um Senador, que está num ministério. Precisa vir



dar explicação. Não é possível! A gente precisa saber, porque a população fica duvidando. Não estou aqui duvidando do Senador, mas ele precisa dar explicação: como é que na fazenda dele alguém está fazendo negócio nas costas dele? Já o outro helicóptero... O helicóptero passou dois dias fora do País, vai buscar uma carga e ninguém procura saber que carga é essa? Esse piloto era um funcionário. Então precisa, o Senado precisa esclarecer muita coisa, para poder a gente mostrar para a população que a gente não está aqui para defender um e condenar outro. Todo mundo tem que esclarecer suas situações e quem for inocente que seja inocentado.

Então, acho que esta Casa precisa refletir sobre isso, sob pena de ser jogada na vala comum; na vala comum, não, na lama, porque a política já está muito sem credibilidade. Pode olhar as pesquisas! E se a gente não der uma demonstração, pelo menos, de que está levando a sério algumas coisas... Vamos apurar. Se tiver que inocentar, vamos inocentar, porque o Delcídio foi cassado por 74 a zero; eu votei pela cassação. Mas, diante do que está escrito – claro, ninguém ouviu ainda a defesa –, precisa vir se defender, por isso acho que a gente tem que... O Randolfe disse que vai entrar com recurso, e a gente tem que assinar esse recurso, ouviu, meu Líder? Porque precisa discutir. Se ele for inocente, que seja inocentado, mas precisa provar que é inocente, porque por enquanto as provas são muito robustas.

Então, era isso, Senadora Ângela, Presidenta, que eu tinha a dizer neste momento, mas depois vou fazer um pronunciamento maior só sobre a Funai, porque anotei muitas coisas do que o ex-Presidente da Funai falou, e acho que a gente tem uma dívida com esse povo, uma dívida histórica com o povo indígena, como a que tem com o povo negro, e precisa começar a resgatar. Não é possível. Tudo que os índios querem é demarcar suas terras e um pouco de condição de vida – inclusive, energia, porque eles estão lá, e quero discutir com alguns Senadores como a gente vai fazer uma emenda conjunta, botar um pouquinho cada um para levar energia para uma aldeia indígena, começar esse trabalho, porque o orçamento da Funai não comporta. Então, alguém tem que fazer alguma coisa pela população indígena.

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Regina Sousa, o Sr. João Alberto Souza, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ângela Portela.)

A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito obrigada, Senadora Regina. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Há expediente sobre a mesa.

A Presidência lembra às Sr^as e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 27 de junho, terça-feira, às 11h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar os 40 anos da fundação da Igreja Universal do Reino de Deus.

Convido agora para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Elmano Férrer; em seguida, o Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra o Senador Elmano Férrer, do Piauí.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Minha nobre Presidente, Ângela Portela, Sr^as e Srs. Senadores, inicialmente quero dizer da minha alegria em substituir aqui, na tribuna, pela sequência, a nossa querida e estimada Senadora



Regina Sousa, companheira de Bancada do Piauí, uma Senadora que tem uma história muito bonita no Estado do Piauí, desde a sua origem, o seu nascimento.

Ela se orgulha em dizer que nasceu na zona rural – foi onde nasceu, no interior lá de Teresina. E se orgulha também de uma vida muito bonita, de uma história linda que culminou com uma sindicalista de atuação brilhante no Sindicato dos Bancários do Estado do Piauí, de que foi Presidente. Inclusive, recentemente deixou a Presidência do PT no nosso Estado. Então, é um orgulho sucedê-la aqui na tribuna, pela sua história, pela sua luta, e agora ela assume a Presidência do Senado nesta sessão.

Quero dizer, minha querida Regina, que tive uma alegria muito grande em ter participado, na quinta-feira próxima passada, de várias solenidades de inauguração, inclusive presididas pelo nosso Governador, Wellington Dias. E quero dizer que um dos importantes eventos realizados naquele momento foi exatamente aquele de que V. Ex^a também participou e toda a Bancada, que foi o início do asfaltamento, do revestimento primário, enfim, da BR-222, uma BR importante no Brasil, que tem 1.811 quilômetros, começando em Fortaleza e terminando em Marabá, no Estado do Pará. Ou seja, é uma rodovia que cobre, passa, atravessa os Estados do Ceará, do Piauí, do Maranhão e do Pará, inclusive no trecho, no limite, na divisa Piauí-Maranhão. De lá, essa estrada permite o acesso, através de outras BRs, à capital do Maranhão, São Luís, bem como à capital do Pará, Belém.

Daí, a importância dessa estrada, mas, no trecho entre Piripiri, no Piauí, e a divisa com o Maranhão, cobrindo os Estados, como disse, do Ceará, mas, sobretudo, e especialmente, eu queria me referir aqui aos Municípios que essa BR-222, um sonho muito grande do nosso Presidente da Assembleia, Deputado Estadual Themístocles de Sampaio Pereira Filho, que, ao longo da sua atuação como Deputado, sempre sonhou e lutou pela realização desse sonho... Mas foi exatamente agora, quinta-feira próxima passada, que, inclusive, eu justifiquei a ausência da nobre Senadora àquele evento, porque tinha compromisso na quinta-feira próxima passada aqui, em Brasília, aqui, no Senado.

Mas, Presidente, como V. Ex^a sabe, desses eventos participaram o Governador Wellington Dias, o Senador Ciro, vários Deputados Federais, que eu gostaria de citar aqui, porque representam todos os partidos. Daí, a importância do evento, dessa obra, que foi iniciada sob a responsabilidade do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, com recursos alocados pelo Governo do Presidente Michel Temer, que foi uma luta do Senador Ciro e de todos nós, da Bancada, inclusive do próprio Governador Wellington Dias.

Então, estavam lá presentes dois Senadores, o Ciro Nogueira e nós outros, o Deputado Federal Marcelo Castro, a Deputada Federal Iracema Portella Nogueira, o Deputado Federal Átila Lira, Presidente, aliás, Coordenador da Bancada Federal aqui, no Congresso Nacional, o Deputado Assis Carvalho, o Deputado Merlong Solano, Secretário de Governo, e também a nossa estimada Deputada Federal e Secretária de Educação Rejane Dias.

Também estava presente o Presidente da Assembleia, como disse anteriormente, o Deputado Themístocles Sampaio Pereira Filho, o grande anfitrião daquela solenidade, sobretudo do início da construção da BR-222, no trecho Piripiri-Batalha.

Encontravam-se, também, os Deputados Estaduais Wilson Brandão, Francisco Limma, Marden Menezes, Flávio Nogueira Júnior, João Mádison e vários prefeitos. E gostaria de mencionar aqui o Prefeito de Batalha, João Messias; o Prefeito de Morro do Chapéu, Marcos Fortes Rebelo; de Nossa



Senhora dos Remédios, Manoel de Jesus Silva; a Prefeita também de Esperantina, Vilma Amorim; o Prefeito de Nossa Senhora dos Remédios, Manoel Lázaro; o Luiz Menezes, Prefeito de Piripiri. Enfim, uma representação política muito importante, além de vários vereadores, ex-prefeitos, vice-prefeitos. Um evento suprapartidário, minha estimada Regina, pela importância da obra, que era um sonho de todos aqueles que moram no entorno das cidades, dos Municípios de Piripiri, de Batalha, de Esperantina, de São João do Arraial, de Matias Olímpio, enfim, de uma população muito significativa. E eu ressaltaria o assentamento Macambira, um assentamento que tem uma tradição de quase 40 anos.

E essa obra, minha estimada Regina, nobres Senadores e Senadoras, será feita, construída pelo 2º Batalhão de Engenharia de Construção. No trecho Piripiri-Batalha, será feito um revestimento asfáltico simples, o TSS – de superfície é simples –, mas é um sonho. Ou seja, além do asfaltamento desse trecho, serão recuperadas oito pontes que estão com problemas seriíssimos, além da reconstrução... Digo melhor, hoje temos, no trecho Batalha-Esperantina, uma ponte que teve problema seriíssimo, foi substituída por uma outra móvel, do Exército, do 2º Batalhão de Engenharia, e, durante a execução dessa obra, será feita uma outra ponte de concreto.

Eu ressaltaria também, minha estimada Presidente, que S. Ex^a o Sr. Governador, com o Prefeito João Messias, o Senador Ciro e a Deputada Federal Iracema, inaugurou uma obra de desenvolvimento urbano importante de pavimentação poliédrica em uma área, em uma unidade habitacional. Uma obra importante, com mais de 10 mil metros quadrados, feita através de uma parceria entre a Deputada Iracema Portella, a Prefeitura, o Prefeito Municipal João Messias, e o Vereador Augusto César.

S. Ex^a o Governador, por outro lado, autorizou a realização de uma reforma da Unidade Escolar Conselheiro Saraiva, por meio da Secretaria de Educação, sob o comando da nossa Deputada Federal Rejane Dias, como também a restauração do acesso da estrada vicinal que acessa a comunidade Puba, bem como a restauração – é muito importante essa obra de restauração – da vicinal que dá acesso à nossa grande Cachoeira do Urubu, uma atração turística na região de Batalha e Esperantina.

De outra parte, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o nosso Governador, também na cidade de Esperantina, através da participação da Prefeita Vilma Amorim, de toda a Câmara Municipal de Vereadores e de prefeitos do entorno, inaugurou 14 novos leitos maternos-infantis no hospital estadual daquela cidade e também inaugurou uma sala, uma área no setor de fisioterapia para parturientes, que era uma aspiração, um desejo da população daquele Município.

Então, minha nobre e estimada Regina Sousa, foi um evento que reputei importante, que traduziu no apoio e na participação de vários Deputados Federais e Deputados Estaduais e que atendeu sobremaneira as aspirações daqueles três Municípios – aliás, não só o Município de Piripiri, que será ligado por asfalto à Batalha, mas Batalha-Esperantina, Esperantina-São João do Arraial, em direção a Matias Olímpio. O Governador Wellington Dias prometeu fazer, através do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, o asfaltamento de Matias Olímpio até a divisa com o Estado do Maranhão, exatamente o Município de Brejo.

Eu queria, na oportunidade, também me congratular com V. Ex^a, fazer minhas as palavras de V. Ex^a com relação ao feminicídio. Hoje, a violência contra a mulher grassa em todos os recantos deste País. Apesar de os movimentos em defesa da mulher terem crescido muito nos Parlamentos e



através das instituições da organização civil, nós temos observado, através de dados estatísticos, que tem aumentado sobremaneira a violência contra a mulher – e, em muitas delas, resultando no feminicídio, conforme V. Ex^a externou daqui, desta tribuna. Então, eu me associo a V. Ex^a com essa preocupação. Sou testemunho da luta que V. Ex^a tem liderado em nosso Estado em defesa da integridade da mulher piauiense.

Eram esses, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, os registros que queríamos fazer na tarde de hoje.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Elmano, pelas informações sobre o Estado. Eu não pude ir, porque estava numa outra agenda. Eu fiquei aqui em Brasília ainda com a agenda e não dava conta de ir lá, porque, quinta-feira, normalmente, tenho agenda aqui ainda por causa da Comissão de Direitos Humanos.

Muito boa a programação do nosso Governador, com toda a comitiva e com o senhor.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Elmano Férrer, a Sr^a Ângela Portela deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Regina Sousa.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Só um segundo, Sr^a Presidente.

Sr^a Presidente, Senadora Regina Sousa, Sr. Senador Elmano Férrer, de hoje para amanhã o País vai viver uma situação inédita: um Presidente da República, em pleno exercício do poder, será denunciado por corrupção passiva pela Procuradoria-Geral da República.

Eu dizia aqui, no período daquelas batalhas do *impeachment*, que, se fosse aprovado o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, *impeachment* em que sabemos que não houve crime de responsabilidade por parte da Presidenta Dilma, assumiria o Vice, Michel Temer. E ele ficaria blindado de investigações, porque ele não poderia ser investigado por fatos anteriores ao seu mandato.

Mas o que aconteceu foi que ele praticou um crime no seu mandato de Presidente da República. Pela primeira vez na história, um Presidente da República vai ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República por um crime cometido, no caso, no Palácio Jaburu, naquela conversa com Joesley, da JBS, que, depois, virou o caso envolvendo Rodrigo Rocha Loures, o Deputado, que foi pego em gravações da Polícia Federal pegando uma mala de R\$500 mil, que era uma mesada semanal por mais de 20 anos dirigida ao Presidente da República. Corrupção passiva.

O País vai parar completamente.

Eu, Senadora Regina, sinceramente, acho que este Senado Federal não tem condições de votar a reforma trabalhista no meio de uma crise como esta.

Senador Elmano, eu sei que há muita gente dizendo que o Temer tem uma boa articulação na Câmara dos Deputados, que ele vai conseguir se livrar, que ele tem 200 votos para impedir a instauração do processo. Eu não acredito.



Quero dizer uma coisa aqui ao senhor e à senhora, Senadora Regina: eu acho que, quando abrir aquele painel – porque vai ser uma pressão gigantesca, vai ser uma pressão muito forte, vai ser transmitido ao vivo por todas as televisões –, quem vai querer ficar do lado do Temer, depois de uma denúncia contundente como essa?

Eu estou esperando a hora em que sair a denúncia, porque eu vou vir ao plenário ler ela toda. Nós vamos fazer revezamento, porque é uma situação de vexame para o País.

Eu fico vendo esse Presidente da República, que veio agora dessa viagem à Rússia, à Noruega. Mas que situação?

A Primeira-Ministra da Noruega, na cara dele, falando de corrupção no Brasil, falando do aumento do desmatamento da Amazônia, e ele, perdido, atordoado, dizendo que ia sair dali para se encontrar com o Rei da Suécia.

Chegou aqui no Brasil, e o jornalista Luís Costa Pinto, do Poder360, escreveu hoje um artigo dizendo que, entre as opções do Temer, há uma discussão sobre licença de seis meses, porque ele manteria o foro privilegiado, ficaria no Palácio do Jaburu, teria uma equipe mínima de assessores. Eu acho bem possível. Primeiro, eu respeito o jornalista Luís Costa Pinto e acho que ele pode estar pensando nisso mesmo, porque a situação é muito grave.

Eu não acredito, Senador Elmano Férrer – volto a dizer –, que ele vá conseguir esses 172 votos. Não acredito. O desgaste é tremendo. E vão vir depois mais duas outras denúncias: uma denúncia por obstrução judicial – acusado de compra do silêncio do Deputado Eduardo Cunha – e depois uma outra, de organização criminosa. Este é o Presidente Temer.

Definitivamente este Governo acabou. Já não há mais governo propriamente dito. O que ainda resta no Palácio do Planalto é um moribundo que opera a própria sobrevivência pessoal. Impressionante! Eu tenho falado isto muito aqui: de como os três políticos que dirigiram esse golpe, os capitães do golpe, estão nessa situação. Foram estes atores os principais: Eduardo Cunha, que está preso; Senador Aécio Neves, que a gente sabe da situação, afastado pelo Supremo Tribunal Federal...

Interessante é que o Senador Aécio Neves subia aqui na tribuna falando do crime que a Presidenta Dilma cometeu – o crime eram as tais pedaladas fiscais: assinar decreto de crédito suplementar, que todo mundo assina. Eles falam do Lula e até agora não surgiu uma prova que esse maldito apartamento é do Presidente Lula. Não há prova; "há convicções", não é, Senadora Regina? Agora, o Senador Aécio passa como inocente, dizendo que não há indícios. E aquela mala dos R\$500 mil que a Polícia Federal gravou? A Polícia Federal gravou o primo dele. Eram quatro malas de R\$500 mil. Imagina, se fosse o primo do Lula ou da Dilma, que escândalo seria!

Mas, bem, Eduardo Cunha nessa situação, Aécio Neves também, Michel Temer também. Esse foi o golpe, esse golpe que está desmoralizado em um ano.

Eu sempre repito, Senadora Regina: eu sempre achei que esse golpe ia entrar para as páginas da história como um golpe contra a democracia brasileira, esse *impeachment*, só que eu não imaginava que fosse um processo tão rápido – em um ano. Eu sinceramente acho que o Supremo Tribunal Federal tem que analisar o pedido da defesa da Presidenta Dilma de anulação do *impeachment*. Eles têm que enfrentar; é a Corte constitucional.

Ademais, Senador Elmano Férrer, eles diziam que, ao tirar a Dilma, nós iríamos melhorar a situação da economia brasileira porque o problema da economia brasileira era um problema de confiança dos empresários. E o que a gente está vendo, infelizmente, é que a situação da economia só



se agrava: são mais de 14 milhões de desempregados, sendo 2,5 milhões de desempregados no Governo do Temer.

E essas políticas todas, na nossa avaliação, só vão aprofundar o problema. Uma política de austeridade fiscal suicida que está mostrando o seu efeito – o mês de maio foi o mês que teve a maior frustração de receitas no mês em sete anos –, porque a arrecadação vai lá embaixo. Estão falando agora que nós não vamos atingir a meta de superávit primário – que é negativa: o déficit de superávit primário de 139 bilhões – porque há frustração de receitas, agravada por essa Emenda Constitucional 95, que já está impondo o seu sacrifício nos cortes de gastos, em especial nas áreas de saúde e educação.

E, agora, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária, que fazem o efeito oposto do que o Lula dizia, de que tinha que se colocar dinheiro na mão dos pobres. O Lula sempre dizia isto: colocando o dinheiro na mão dos pobres, a economia crescia. Pois bem: essa reforma trabalhista e a reforma previdenciária tiram o dinheiro da mão dos pobres.

Eu espero que este Senado Federal pare a tramitação da reforma trabalhista na próxima quarta-feira. O impacto vai ser muito violento nessa denúncia. Eu acho que nós, aqui, não temos condições de votar reforma trabalhista. Nós temos que discutir a crise!

Este Governo Temer, para mim – eu já falei aqui, Senador Elmano Férrer –, não resiste mais um mês, dois meses. Como acreditar naquela proposta que ele fez para os Senadores? Digo isso porque o Senador Ricardo Ferraço, ao estudar a matéria da reforma trabalhista, percebeu que, de fato, é muito cruel: trabalho intermitente, autônomo exclusivo, negociado na frente do legislado... E, aí, o que é que ele propôs? Ele propôs um acordo – que foi feito, segundo ele, com o Governo – para o Governo, depois, vetar vários desses pontos. Eu pergunto: mas que governo? Pode não existir este Presidente da República daqui a pouco, lá.

Senador Elmano, este é um ponto que eu acho fundamental: eu sei que há muitos Senadores que querem aprovar alguma reforma, mas com modificação. Eu acho que esse deveria ser um ponto, aqui, importante. Eu estou contra a reforma, mas eu entendo que há Senador que defende a reforma, mas quer mudanças. Não mudar nada é criminoso! É praticamente fechar este Senado Federal!

Então, eu faço um apelo aos senhores. Eu volto a dizer: na minha avaliação, esse Temer não se sustenta. Não se sustenta porque não vai ter os votos necessários, apesar de eu achar que não vai ser uma grande saída, porque, ao se instaurar o processo – a Câmara autorizar a instauração do processo – no Supremo Tribunal Federal, o senhor sabe que assume, no caso, o Presidente da Câmara. Há um afastamento, por até 180 dias, do Presidente Michel Temer. Ele fica afastado, para o julgamento do Supremo. É um processo parecido com aquele que houve aqui, com a Presidenta Dilma.

Eu não acho que isso é solução. A solução, para mim, passa por eleições diretas, a gente convocar eleições diretas... Melhor seria eleições gerais – estou falando de Senado, Deputados também –, renovar o Parlamento, mas você, aí, teria um Presidente da República com força, legitimado pelo voto popular, para tirar o País desta crise que teima em não acabar.

E não há como acabar com essa fragilidade política, porque agora o Temer não vai fazer mais nada, pessoal. O que o Temer vai querer é se salvar, conseguir os 172 votos. A articulação toda já é essa. Aí, vai usar o quê? A máquina pública, os cargos, negociações fisiológicas.



Já fizeram a primeira: negociar R\$10 bilhões, de anistia, para os ruralistas que devem à Previdência Social. No momento em que eles querem fazer uma reforma da previdência contra o povo pobre, eles querem anistiar a dívida dos ruralistas.

Também um megarrefis, de R\$25 bilhões, salvando, em especial, bancos e grandes empresas. É um governo que vai operar só para se salvar.

E eu me lembro de que o Temer disse, no apogeu da crise do *impeachment*, que a Presidenta Dilma deveria renunciar porque havia chegado a um índice de aprovação de 13%. E agora Temer? Seu governo tem apenas 7% de aprovação. Segundo pesquisas do site Poder360, os índices de aprovação são ainda menores: 2%.

Já passou da hora de renunciar. Quem diz isso não sou eu apenas, mas o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, na *Folha* de hoje, em artigo chamado "Apelo ao bom senso". Ele pede a renúncia e a convocação de eleições diretas pelo atual Presidente Michel Temer.

É claro que a nota de Fernando Henrique Cardoso... Primeiro, ele deixa transparecer a preocupação dele. Há um trecho em que ele diz o seguinte:

Neste quadro, [o Presidente] Michel Temer tem a responsabilidade e talvez a possibilidade de oferecer ao País um caminho mais venturoso, antes que o atual centro político esteja exaurido, deixando as forças que apoiam as reformas esmagadas entre dois extremos, à esquerda e à direita.

Primeiro, devo dizer ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso que acho que o termo "centro político esteja exaurido" é meio que uma forçação. Quem executa essas políticas não tem posição de centro político, muito pelo contrário. Estão executando um conjunto de políticas muito radicais. É um neoliberalismo extremado.

Então, não considero essa associação de forças como o centro político do País. Mas é claro que ele fala aqui da preocupação do crescimento do Lula, por um lado – e vou falar mais à frente das pesquisas do Lula –, do Bolsonaro, que tem a metade do Lula, e ele fala da situação dele, porque os tucanos estão deprimidos. Eles não imaginavam que iam estar em uma situação como esta.

Eu, inclusive, não vejo um tucano neste plenário há muito tempo. Eles sumiram. Fizeram toda aquela aventura do *impeachment* e achavam que iriam se dar bem. E cadê eles agora? Inclusive, na preferência partidária em que o PT subiu para 18% – e vou falar disso novamente também –, eles caíram de 9% para 5%.

Então, eu entendo um pouco essa colocação do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas Fernando Henrique Cardoso erra em jogar tudo no colo do Presidente Michel Temer, como se só ele pudesse fazer esse gesto. É claro que não. Nós podemos... Existe uma PEC tramitando neste Congresso Nacional, no Senado Federal, que já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. E a gente sabe da força do Fernando Henrique Cardoso e do PSDB.

Então, eu fico vendo se não é um jogo de teatro também, porque o PSDB continua, em sua última reunião, apoiando o Michel Temer. Mostraram que aquele discurso de ética do PSDB era da boca para fora.

Eu, inclusive, entendo a situação dos eleitores de Aécio, que estão envergonhados. Achavam Aécio a grande figura, o discurso ético, o discurso da moral. Cadê os tucanos que falavam tanto da Dilma? E agora, com este Governo do Temer, decidem ficar no Governo do Temer, com tudo isso



que está aí. É por isso que eles sumiram do plenário, porque não têm argumentos. Cadê aquele que bradavam ética, moralidade aqui? Sumiram.

E, sinceramente, Senador Valdir Raupp e Senador Elmano Férrer, quando eu falava aqui da economia, eles tinham um plano. O plano, para eles, que era o seguinte: estabelecer um Governo de prazo limitado (dois anos), encomendado a fazer o trabalho sujo das reformas neoliberais trabalhistas e da previdência; a entregar o poder, em 2018, a um Presidente eleito, do mesmo bloco, de preferência do PSDB.

Era isso que eles planejavam! Eles achavam: "Olha, nós vamos tirar, vamos dar um golpe. É necessário um programa para retirar direitos dos trabalhadores. Nós vamos fazer uns dois anos. Em 2018, um detergente: eleições!" As eleições seriam uma espécie de detergente do golpe.

Até o resultado das eleições municipais, o plano estava bem encaminhado. Tenho dito que o golpe brasileiro foi uma bem arquitetada doutrina de choque. O que seria isso? Nos termos da escritora canadense Naomi Klein, glosando um ensaio de Milton Friedman,... Milton Friedman dizia o seguinte: "Somente uma crise, real ou pressentida, produz mudança verdadeira". Tão logo a crise se instalava, o Professor da Universidade de Chicago defendia que era essencial agir rapidamente, impondo mudanças súbitas e irreversíveis. Assim procurou ser feito no Brasil, mas não deu certo.

A respeito da economia, as pesquisas revelam a imagem terminal. Os brasileiros não acreditam que este Governo tenha mais condições de promover uma retomada econômica.

Segundo dados da pesquisa Datafolha de sábado, 54% dos brasileiros, infelizmente, esperam que o desemprego, que já atinge mais de 14 milhões de pessoas sob o Governo de Michel Temer, vai aumentar mais. Apenas 21% afirmam que o desemprego vai cair.

Em relação à inflação, 55% da população esperam que os preços aumentem daqui pra frente – isso não vai acontecer. Se a percepção do povo está tão negativa com a inflação... Mas não vai acontecer porque nós estamos numa desaceleração gigantesca da nossa economia. Nós vamos é para a deflação!

Eu me impressiono como existe gente do Governo que ainda comemora: "Ah! A inflação está lá embaixo!" Está lá embaixo porque estamos numa depressão econômica gigantesca, com desemprego de 14 milhões! Com a renda caindo!

Sobre o poder de compra dos salários, 41% dos entrevistados disseram acreditar que ele vai cair ainda mais. Outros 29% acreditam que ele vai ficar como está, e outros 26% afirmam que ele vai aumentar.

Os brasileiros também são contra a reforma trabalhista e da previdência – atestam todas as pesquisas. A pesquisa que tenho aqui é de 1º de maio: 64% são contra a reforma trabalhista, dizendo que ela beneficia exclusivamente...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... os patrões; 71%, contra a reforma da previdência. Agora, se fizer pesquisa hoje – porque, de lá pra cá, as pessoas conhecem o que está por dentro das reformas –, isso aqui sobe muito mais.

Há uma grande rejeição da população brasileira para com as reformas. Agora, são poucos os que declaram apoio a Temer. Chamou-me hoje a atenção o Presidente da Confederação Nacional das



Indústrias, em matéria plantada na coluna Mercado Aberto, da *Folha de S.Paulo*, dizendo que melhor seria deixar Temer até 2018.

Eu fico impressionado também. O discurso do pato amarelo, da Fiesp, de corrupção... Esse discurso foi embora. Eles admitem que querem o Temer apenas pelas reformas, para retirar direitos dos trabalhadores. É aquilo que eu falei muito no processo do *impeachment*. Esse foi um golpe de classe. Então, esses setores empresariais estão se movendo só para aprovar essas reformas trabalhistas e previdenciárias, mas estão vendo que nem isso o Temer vai conseguir aprovar aqui. Não vai!

A reforma trabalhista, para a qual eles não precisam de quórum... A reforma previdenciária já acabou. Quórum qualificado, PEC... Não passa. Agora, quanto à reforma trabalhista, eu não tenho dúvida em dizer que, até chegar ao plenário deste Senado, nós vamos virar, vamos ter a maioria dos votos, porque o impacto dessa denúncia da Procuradoria-Geral vai ser gigantesco. Então, eu não tenho dúvida de que, nesse processo, vamos conseguir ter maioria dos votos aqui.

Agora, eu me impressiono com algumas propostas que surgem por parte deste Governo debilitado. Ainda na questão das metas do superávit primário, eles agora decidiram mexer com o FGTS. A proposta, que é absurda, é de confiscar temporariamente parte do FGTS dos demitidos sem justa causa para – isto aí, sim –, numa pedalada fiscal com bicicleta alheia, ajudar a fechar suas contas.

Pela bizarra ideia em discussão no Ministério do Planejamento, o trabalhador demitido sem justa causa não poderia mais sacar de forma imediata o valor integral de sua conta de FGTS nem a multa de 40%. Também não poderia ter acesso ao seguro-desemprego logo de cara. O governo liberaria, por três meses, um valor de sua conta de FGTS semelhante ao do último salário recebido. Em suma: o trabalhador terá de sobreviver com os recursos de parte de seu próprio FGTS, e não do seguro-desemprego nesse trimestre.

Essa proposta é muito instrutiva do ajuste fiscal em curso. Nenhuma proposta... Eu sempre citei isto aqui. Vários países decidem fazer ajuste fiscal. Eu não acho que a situação do País mereceria um ajuste fiscal no momento, porque nosso maior problema é retomar o crescimento econômico. Isso teria que fazer o governo ampliar seus investimentos, ampliar os gastos sociais, colocar as estatais para investir, colocar os bancos públicos para emprestar, porque nós temos que retomar a economia. Mas tudo bem.

Para quem acha que o problema é fiscal, poderiam ter feito pelo menos um ajuste fiscal equilibrado, que existe no mundo, com contribuição dos empresários, dos banqueiros... Aqui, não. É um ajuste fiscal todo feito em cima do povo trabalhador, que precisa de saúde e educação e vai ser penalizado com essa Emenda Constitucional 95, em cima do aposentado que recebe um salário mínimo da Previdência.

Agora, Sr. Presidente, num momento como este, depois de um ano desse golpe, o que a gente vê? A recuperação da popularidade do PT. O Partido, em dezembro do ano passado, depois das eleições municipais, tinha 9% de aprovação popular – em dezembro do ano passado. Em maio, fomos para 15%. E agora, 18%.

Há outro lado a ser comentado nessa pesquisa. Os principais partidos da base de sustentação de Temer se esvaziam a olhos vistos. Em dezembro de 2015, o PSDB tinha 9% das preferências; agora



tem escassos 5%, empatado com o PMDB. Cavaram a própria sepultura apostando no *impeachment* e neste Governo moribundo do Temer.

Hoje sai a pesquisa presidencial, e o Presidente Lula continua subindo. Em qualquer pesquisa feita no País hoje, continua subindo. Nessa pesquisa, ele aparece entre 29% e 30%; em segundo lugar, empataos Bolsonaro e Marina, Bolsonaro com 16%, e Marina com 15%; Alckmin com 8%. Em um cenário com Doria, mais ou menos a mesma coisa: o Prefeito de São Paulo fica com 10%, Lula com 30%. Houve a pesquisa Vox Populi também, que foi pesquisa espontânea, em que Lula aparece com 40% de votos espontâneos; Bolsonaro, 8%; Marina, 3%; Aécio, zero!

O problema é que a relação do Lula com o povo é uma relação profunda, Senador Jorge Viana. As pessoas estão vendo perdas de direitos, as pessoas estão sentindo o que são essa reforma da previdência e reforma trabalhista, estão vendo o desemprego aumentar, estão vendo os seus salários se achatarem, e se lembram do Lula. Lembram: "Puxa, naquela época, houve inclusão social, houve geração de empregos, o País crescia".

Eu trouxe aqui, Senador Jorge Viana, uma pesquisa qualitativa, que foi publicada, no ano passado, pelo jornal *Valor Econômico*, sobre as memórias do governo de Lula. A pesquisa foi feita com eleitores que andam afastados do PT, mas declararam intenção de que podem votar no PT. O relatório da pesquisa aponta um sentimento de nostalgia em relação ao período 2003 a 2010. Tais lembranças seriam relacionadas principalmente a aspectos econômicos.

Cito falas dessa percepção de eleitores publicadas pelo jornal *Valor Econômico*. Um dos pesquisados dizia o seguinte: "Havia um equilíbrio, a taxa de desemprego era muito baixa..."

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... eu arrumava emprego fácil." Outro, sobre as políticas de inclusão: "Ele visa muito à igualdade social. Ele subiu a classe de muita família pobre." Outra declaração: "O cara da classe E passou para a D; o da D passou para a C; o da C passou para a B."

Tentaram, Sr. Presidente, apagar os feitos do governo Lula na história. Fizeram uma das mais sórdidas campanhas contra uma liderança política registrada na história nacional. Nada conseguiram. O último ponto deste discurso: anuncia-se, para os próximos dias, a sentença do Juiz Sérgio Moro sobre o caso do tríplex.

Durante o final de semana, algo muito grave aconteceu, e nós do PT exigimos apuração caso confirmado. Matéria publicada na revista *IstoÉ* afirma antecipar a sentença de Lula, 22 anos – 10 anos por lavagem de dinheiro e 12 por corrupção passiva. É muito grave. Reparem. Há aqui uma novidade que talvez inaugure uma nova prática ilegal. Todo mundo sabe que o vazamento de delações tem sido frequente na Lava Jato. Parece, no entanto, que a hipotética antecipação da sentença de Lula inaugura uma prática ainda mais nova, o vazamento de sentença. Isso desfaz por completo o conceito de justiça.

Mais uma vez, se como confirmam, que Lula é vítima de um processo de perseguição de inspiração kafkiana, a Operação Lava Jato e o Juiz Sérgio Moro devem explicações à sociedade brasileira.



Hoje pela manhã, a Presidenta do PT, Senadora Gleisi Hoffmann, solta uma nota sobre isso. E eu quero encerrar o meu discurso, o meu pronunciamento, falando dessa nota da Direção Nacional do PT.

Nota oficial: Lula é inocente.

O Partido dos Trabalhadores vem a público se manifestar sobre matérias publicadas pela imprensa no final de semana, referentes à suposta condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do tríplex do Guarujá. Os boatos causaram indignação na militância petista e em todos os segmentos da sociedade brasileira preocupados com a manutenção da Justiça e do Estado Democrático de Direito em nosso país.

Frente a esse momento grave da história do Brasil, a Direção Nacional do PT informa que acompanha atentamente a evolução desse processo judicial, na certeza de que não existe nenhuma possibilidade de sentença justa que não seja a absolvição do ex-presidente.

Frente à inexistência absoluta de provas que possam embasar as denúncias contra Lula, nossa militância segue atenta e mobilizada para, junto com outros setores da sociedade brasileira, dar a resposta adequada para qualquer sentença que não seja a absolvição completa e irrestrita de Lula. Não aceitaremos vereditos baseados em indícios falsos e especulações partidarizadas, conforme possibilidade que já vem sendo aventada pela imprensa, e que contrariem até documentos oficiais de órgãos públicos que atestam que o ex-presidente nunca foi proprietário de tal imóvel.

No momento em que avançam no Congresso Nacional propostas contra os trabalhadores e o povo brasileiro, e políticos conservadores são inocentados e preservados e que bandidos são soltos para viverem nababescamente no exterior, condenar Lula, o maior líder popular na nossa história, significaria desferir um golpe mortal contra a justiça e a democracia do Brasil.

Uma hipotética condenação de Lula teria como único objetivo afastá-lo das eleições de 2018, o que é absolutamente inaceitável. Sem Lula, as eleições presidenciais não terão legitimidade e não passarão de uma fraude contra o povo brasileiro.

Viva a Democracia!

Viva o presidente Lula!

Assina a nota a Senadora Gleisi Hoffmann, Presidenta Nacional do PT.

Eu encerro, Senador Jorge Viana, dizendo que para nós é isso. Eu acho que este é um momento em que deve existir muita responsabilidade. As alegações finais da Promotoria são um escândalo. Eles admitem que não têm provas concretas. E agora, sem nenhuma prova, começam a discutir a possibilidade de condenar o Presidente Lula nesses próximos 15 dias. A sentença está aí.

O próximo a fazer uso da palavra é o Senador Valdir Raupp. Eu não vou cansá-lo, mas trago aqui também uma nota do advogado do Presidente Lula, Cristiano Zanin, explicando ponto a ponto a ausência de provas.

Agora tudo isso por quê? Porque há uma eleição lá na frente, e Lula não para de subir nas pesquisas.

Esse pessoal tem de ter responsabilidade. O que vai acontecer, na verdade – eu falei muito tempo de golpe continuado –, é que nós não vamos aceitar uma eleição sem Lula. A crise política



continua. Eles estão achando que uma eleição de 2018 sem Lula nós vamos tratar como eleição normal? Não. É fraude. É farsa. Isso vai ter consequências internacionais.

Nós vamos continuar na crise política, porque não pacifica o País. Se acham que pacifica o País, essa é uma fase mais dura do golpe. Vai ser tão doloroso esse processo quanto o processo do *impeachment*. É isso que os senhores querem, depois de toda a irresponsabilidade, depois de pararem o País?

A Dilma ganhou a eleição. Três dias depois, o Aécio Neves pediu a recontagem de votos. Fizeram aquela aliança com Eduardo Cunha.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O País parou. Para nós, é a mesma gravidade. Nós não aceitaremos.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo o que está na nota da Presidente Nacional do PT: eleição sem Lula não é eleição; é fraude, é farsa.

(Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, a Sr^a Regina Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador e Líder do meu Partido aqui no Senado, Senador Lindbergh.

Com satisfação, passo a palavra agora ao Senador, vizinho, do Estado de Rondônia, Valdir Raupp, como orador inscrito.

Logo após a fala de V. Ex^a, eu estou inscrito também. E não sei se V. Ex^a ou o Senador Elmano podem depois presidir para que eu possa falar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço, meu querido colega de caminhadas lá na quadra e aqui, Senador Elmano.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana; Senador Elmano Férrer; Senador Lindbergh; Sr^ss e Srs. Senadores que já passaram por este plenário; senhoras e senhores telespectadores da TV Senado; ouvintes da Rádio Senado; minhas senhoras e meus senhores; subo mais uma vez a esta tribuna para prestar conta do nosso trabalho ao povo de Rondônia, trabalho esse que venho fazendo há 35 anos na vida pública. Desde que entrei na vida pública, como Vereador na cidade de Cacoal, em Rondônia, não parei mais de trabalhar, inclusive nos finais de semana. Essa é a nossa vida.

V. Ex^a, que preside esta sessão, que já foi Prefeito e Governador e que já está aqui há algum tempo no Senado, sabe muito bem do que estou falando: que a nossa vida é privação de estar com a família, de estar, às vezes, com os amigos. É, sim, fazer trabalho aqui no Congresso Nacional ou onde estivermos, como Prefeito que fui, Governador, Secretário de Estado, Diretor do DER e, há 15 anos, no Senado. É trabalhar no meio da semana seja em que atividade for e, nos finais de semana, percorrer as bases para poder se manter vivo na política. É por isso que subo à tribuna, de vez em quando, para prestar conta do nosso trabalho.



Durante a semana passada, tive inúmeras audiências públicas com o Chefe da Casa Civil, com o Governador do meu Estado, Confúcio Moura, tratando de investimentos para o Estado de Rondônia. Já agendamos, naquela mesma audiência, uma audiência com o Ministro do Planejamento para daqui a pouco. Em menos de uma hora, logo mais às 17h, estaremos com o Ministro Dyogo, do Planejamento, tratando também de investimentos para o Estado de Rondônia, com o Governador do meu Estado, que retornou e já está novamente em Brasília – esteve na semana passada e está novamente –, de resarcimentos de investimentos que o Estado fez em rodovias, em obras federais, para que o Estado possa ressarcir esses investimentos para o Estado de Rondônia construir obras na área da saúde, da educação e em outras áreas, como transporte e rodovias estaduais.

Tivemos, também, na semana passada, inúmeras outras audiências. Nesta semana, já tenho uma marcada na Eletronorte, para discutir problemas da cidade de Itapuã do Oeste e de outras cidades de Rondônia, assim como no FNDE, no Ministério das Cidades, com o Prefeito de Jaru, João Gonçalves Júnior; com o de Ariquemes, Thiago Flores; de Pimenta Bueno, a Prefeita Juliana não está podendo vir, mas está vindo o Henrique Sanches, que é do meu Partido, Vice-Prefeito; também, da cidade de Ji-Paraná, com Jesualdo Pires, para tratar de problemas habitacionais, de conjuntos habitacionais. Alguns já estão em andamento, outros para serem iniciados, como na cidade de Cacoal, em que já foram garantidas mais 300 casas. Depois de termos inaugurado algo em torno de 700 casas recentemente, mais 300 casas já foram anunciadas para um novo conjunto habitacional em Cacoal.

Inauguramos recentemente mais de mil habitações em Porto Velho, com o Governador Confúcio – de um conjunto de quatro mil apartamentos –, em apenas um conjunto, o Orgulho do Madeira, já totalmente inaugurado, em várias fases, e mais outros conjuntos também já inaugurados, e outros por inaugurar ainda, na cidade de Porto Velho. E, assim, tem sido a rotina do Governador de Rondônia, com autoridades federais e com as Bancadas federal e estadual: de inaugurar conjuntos habitacionais no Estado de Rondônia, em quase todas as cidades de Rondônia.

Mas queria, neste momento, Sr. Presidente, falar de uma audiência pública que tivemos, na semana passada, para tratar da BR-319, com o Senador Acir Gurgacz – que é Vice-Presidente da Comissão – presidindo, porque o Senador Eduardo Braga, que é o Presidente, estava em campanha já no Estado do Amazonas, em que está havendo novas eleições. Daqui a alguns dias, haverá novas eleições no Estado do Amazonas, e o Presidente Eduardo Braga já estava lá em campanha; então essa reunião foi presidida pelo Senador Acir Gurgacz, que é o Vice-Presidente.

Lá eu estava; também a Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores. E discutímos uma ida a Manaus para conversar com o procurador federal, com o juiz federal, porque tinham embargado a restauração dessa rodovia. Mas, antes mesmo de organizarmos a viagem, naquele mesmo dia, recebemos a notícia de que tinha sido suspenso o embargo pelo juiz federal daquela região e pelo Ministério Público Federal, de forma que suspendemos a ida a Manaus, porque a situação foi resolvida. Depois de muitos embates para liberar a licença ambiental através do Ibama nacional e do Ibama do Amazonas, veio esse embargo; e logo depois também foram restabelecidas as licenças para a restauração dessa BR. Essa BR importante, Sr. Presidente, porque liga Rondônia ao Amazonas; liga Porto Velho, a capital do meu Estado, à capital do Amazonas, Manaus.

No passado, essa BR já foi toda pavimentada – isso há mais de 40 anos. Eu, em 1981, fui de carro, de Uno Fiat, naquela época, de Rolim de Moura – que era a minha cidade, onde eu era



Vereador e Prefeito depois – até Manaus. E depois a estrada foi, por um bom tempo, quase interditada; passava-se por ela precariamente, com pontes caídas, com trechos praticamente sem asfalto, mais deteriorados. E agora o DNIT nacional retoma os investimentos e a restauração desta rodovia tão importante para o Estado de Rondônia, para o Estado do Amazonas, o Estado de Roraima e, porque não dizer, para todo o Brasil.

Então, louvo aqui o bom senso do Ministério Público Federal, da Justiça Federal e do Ibama também em conceder essa licença, permitir e conceder essa licença para a restauração da BR-319.

Passando rapidamente pela BR-364, por onde eu passo todas as semanas, peregrinando pelos Municípios de Rondônia, é com muita alegria que eu vejo trechos já em obras, vários trechos já licitados, em obras de restauração, sobretudo o trecho mais crítico, que é entre Ouro Preto e Jaru. Já está bastante avançada, bastante adiantada a obra de restauração desta rodovia. E, sobre os outros trechos, logo, logo, vamos ver obras também em grandes trechos da BR-364, do Mato Grosso até Porto Velho, trazendo a completa restauração desta rodovia.

Passei também, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, pela cidade de Porto Velho, visitando as obras dos viadutos que já estão também bastante adiantadas, sobretudo, agora, o viaduto da Três e Meio, perto do Trevo do Roque – o Trevo do Roque já está pronto –; logo, logo, entra no trevo próximo do Hospital João Paulo II, que é na Campos Sales, trevo da Campos Sales com a BR-364. Esse viaduto deverá, logo, logo, entrar em obra também, como outras obras de adequação da BR-364, travessia em Porto Velho.

Estive também em Porto Velho, em dois eventos evangélicos, com o Presidente da Assembleia de Rondônia, Maurão de Carvalho, e outras autoridades, dada a passagem do Dia do Evangélico, na última semana. Estive em dois eventos evangélicos em Porto Velho, na Igreja Assembleia de Deus, em praça pública, na Igreja Wesleyana, também em praça pública, assim como estive na cidade de Seringueiras, num outro evento evangélico, comemorando o aniversário da cidade e o Dia do Evangélico, também acompanhado do Presidente Maurão de Carvalho e de outros Parlamentares.

Estivemos, ainda, na cidade de Ariquemes, na sexta-feira pela manhã, num grande seminário, congregando mais de mil jovens de diversas escolas, universidades. Foi na sede do Ifro, em Ariquemes, no ginásio do Ifro (Instituto Federal de Educação de Rondônia), mas estavam lá escolas polos da região de Ariquemes, a escola Abaitara, de Pimenta Bueno, escolas Família Agrícola, universidades, enfim, estavam lá mais de mil jovens ávidos por conhecimento, porque lá havia vários palestrantes.

Dei também uma palestra sobre inovação, tecnologia, sustentabilidade, o jovem na política. E vários técnicos da Emater, da Secretaria da Agricultura, da Ceplac, do Senar, da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) e de tantos outros órgãos – porque eu não vou lembrar de todos – estavam dando palestra para essa juventude, para que ela possa adquirir mais conhecimento nessas áreas de inovação, tecnologia e sustentabilidade no campo, sobretudo no campo das agroindústrias, Senador Paulo Rocha – a quem já concedo um aparte –, do Estado do Pará.

Rondônia já deve ter hoje mais de 800 agroindústrias espalhadas por todo o Estado, experiência essa positiva, criada pelo Governador Confúcio Moura na cidade de Ariquemes, quando foi Prefeito por dois mandatos, depois de ter sido aqui Deputado Federal por três vezes também – três mandatos. Agora é Governador do meu Estado, já cumprindo o segundo mandato, e tem sido um mestre na arte de fomentar as agroindústrias no Estado de Rondônia. Trabalha por todos os lados:



pela educação, pela saúde, pelo transporte, pelo social, pela agricultura e pela pecuária, mas também na área das agroindústrias.

Concedo um aparte ao nobre Senador Paulo Rocha.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Nobre Senador Valdir Raupp, quero aproveitar este momento da sua intervenção, em que está falando mais sobre as questões lá da nossa Região e do seu Estado, aproveitar também que esta sessão está sendo presidida pelo Senador Jorge Viana, que também já foi Governador do Acre, e aproveitar que há três Senadores amazônicas aqui, já que V. Ex^a está levantando questões fundamentais, principalmente de infraestrutura, para dizer o seguinte: além da crise que nós estamos vivendo no País – crise econômica, crise política, para as quais nós não devemos fechar os olhos –, ao mesmo tempo nós temos a responsabilidade de representar uma Região muito importante, que tem muito a ver com o processo de desenvolvimento econômico do nosso País. E eu acho, Senador Jorge Viana, que nós deveríamos aproveitar este momento para criarmos um fórum dos Senadores da Amazônia, para discutirmos o processo de desenvolvimento da Região e a inclusão da Amazônia no processo do desenvolvimento nacional, para nós não deixarmos que o Centro-Sul do País, que é mais desenvolvido em nosso País, veja a Amazônia apenas como fonte de questão ambiental, inclusive mundial, como se fosse uma colônia no processo de desenvolvimento. Nós mesmos lá do Pará estamos nos deparando muito com isso, porque passamos agora a ser um grande produtor de energia limpa. E eu acho que nós podemos, dados a vocação e o potencial hídrico que nós temos, ser um grande produtor de energia limpa, para nós ajudarmos inclusive os centros mais desenvolvidos e industrializados, que precisam de energia para poder fomentar o nosso desenvolvimento nacional. Mas nós não podemos ser apenas produtores de energia ou produtores de matérias-primas ou, agora – como está se vendo na estratégia do comércio mundial, com a questão do chamado Arco Norte –, o grande corredor de escoamento da nossa produção. Por exemplo, no Pará, nós estamos nos vendendo com isto: com a BR-163 como o grande corredor de escoamento agora dos grãos, principalmente do Mato Grosso, dos produtores de grãos. Mas nós não podemos ser apenas entreposto dessa exportação: como pensamos um desenvolvimento com a questão da sustentabilidade, com a questão ambiental e com a própria complexidade que é o Bioma Amazônia? Nós, como Senadores, teríamos força política para chegar com uma proposta concreta no diálogo com o Centro-Sul do País e com o Poder Central do País, para incluirmos a Amazônia, com todo o seu potencial e sua riqueza, no processo de desenvolvimento nacional, para que repercuta lá também o nosso desenvolvimento, a partir de uma visão de desenvolvimento sustentável. Era isso que eu queria agregar à sua intervenção, chamando a atenção de nós, Senadores da Amazônia, de que poderíamos nos juntar e fazer um fórum capaz de ter força política para incluir a Amazônia com essa visão de potencial de desenvolvimento, pois tem muito a contribuir para o desenvolvimento nacional.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Senador Paulo Rocha, pelo aparte muito importante, que, com certeza, contribuirá para o engrandecimento deste pronunciamento que faço agora. Peço que o seu aparte seja incorporado ao nosso pronunciamento.

E quero dizer que eu estava, no meu gabinete, antes de descer para o plenário, Senador Paulo Rocha, discutindo com assessores e técnicos do meu gabinete as ZPEs. E eu vejo as ZPEs como uma saída, já que nós temos o Polo Industrial de Manaus e nunca mais teremos os mesmos incentivos para os polos industriais dos nossos Estados do Acre, do Pará, de Rondônia e de outros Estados da



Amazônia. Eu estou discutindo, neste momento, a implantação da ZPE de Porto Velho. Nós temos logística de transporte, nós temos matéria-prima. Por que não podemos ter polos industriais a partir dessas ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação), assim como há centenas delas na China e centenas delas nos Estados Unidos?

A China, que é hoje a segunda potência praticamente em crescimento neste momento, e os Estados Unidos, que são a primeira potência mundial, desenvolveram as regiões mais isoladas através das ZPEs. Eu estive lá em Guangzhou – acho –, na China, onde há uma ZPE gigantesca, assim como há, como já disse, centenas. O país que mais tem ZPEs no mundo é a China e ela se desenvolveu industrialmente. Por que nós não podemos desenvolver no Brasil os nossos Estados da Região Norte, como V. Ex^a falou? E há burocracia hoje para implantar, para fazer funcionar, para levar indústria, Senador Jorge Viana.

V. Ex^a sofreu lá quando foi Governador – e agora sofre o Tião Viana como Governador – para poder colocar essas ZPEs em funcionamento. Olha a burocracia que a gente enfrenta no Ministério da Fazenda e no Ministério da Indústria e Comércio.

E eu estou trabalhando, neste momento, em grupos estrangeiros que estão querendo investir nessas ZPEs, mas o Brasil não cria as condições. A China queria investir US\$50 bilhões no Brasil há quatro, cinco anos. E eu falei na época: o Brasil não vai dar as condições que a China, de repente, precisa para poder implantar esses investimentos aqui. E é exatamente isto que está acontecendo: a burocracia brasileira não deixa isso acontecer.

Isso que eu estou discutindo neste momento – o Presidente está indo para a China, para o encontro dos BRICS – eu queria que, nesse encontro, fosse discutido. Há grupos chineses, há grupos russos, há grupos de outros países querendo vir para o Brasil, mas encontram uma barreira, uma burocracia enorme e não conseguem investir.

Eu agradeço a V. Ex^a, oportunamente, o seu aparte.

E encerro aqui, Sr. Presidente, no tempo que me resta, falando de mais algumas cidades, rapidamente, por onde passei neste final de semana. Já falei de Porto Velho; já falei de Ariquemes; falei de Seringueiras. Passei também em São Miguel do Guaporé; passei em Alto Alegre dos Parecis, que estava aniversariando, e lá eu e a Deputada Marinha Raupp entregamos um caminhão para a Secretaria de Obras. Visitamos também a Feira do Produtor e a Feira Agropecuária. Demos entrevista na rádio, falamos lá dos nossos investimentos na área rural e na área urbana de Alto Alegre dos Parecis.

Depois, passamos na cidade de Parecis, que é outra cidade, quase com o mesmo nome – uma é Alto Alegre dos Parecis, e a outra é Parecis –, onde também tivemos reunião com o Prefeito, com vereadores, com secretários, também comemorando o aniversário da cidade. Em seguida, passamos por São Felipe D'Oeste, onde me reuni com o Prefeito, vereadores e secretários, discutindo também os investimentos na cidade, no Município, e também dando os parabéns à cidade pelo seu aniversário.

Estivemos em Rolim de Moura em dois momentos: no lançamento do Cidade Limpa e também no dia da comemoração do Dia do Evangélico, com o clamor do povo de Deus, com mais de 5 mil pessoas na praça. Depois, passamos por Ouro Preto, Machadinho D'Oeste num grande evento da inauguração de um centro esportivo chamado Renascer, uma obra social do Deputado Saulo Moreira



e do Vereador Saulinho, do prefeito da cidade também, o ex-Prefeito Marinho, o prefeito da cidade estava lá presente também.

Então, foi uma maratona. Eu e a Deputada Marinha percorremos, de dia e de noite, de quinta-feira até domingo, oito cidades no meu Estado de Rondônia – e assim a gente tem feito todos os finais de semana. No meio da semana nós trabalhamos aqui em Brasília, dando conta das nossas atividades nas comissões, no plenário do Senado, junto aos ministérios, com prefeitos – como eu vou estar amanhã com vários prefeitos aqui em Brasília –, e, nos finais de semana, percorremos as nossas cidades, levando, prestando conta do nosso trabalho e acolhendo reivindicações dos nossos prefeitos, dos nossos vereadores e da nossa comunidade.

Por isso, Sr. Presidente, encerro aqui na certeza que vamos continuar esse trabalho, como sempre fizemos...

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ... há 35 anos na vida pública no Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, pelo pronunciamento.

Peço ao Senador Paulo Rocha que possa assumir a Presidência para que eu faça uso da tribuna como orador inscrito, nesta segunda-feira.

Eu queria aproveitar e cumprimentar a todos do Acre que nos acompanham pela Rádio e TV Senado e todos que, ligados na TV e na Rádio Senado, procuram se informar da agenda do trabalho legislativo nosso aqui em Brasília.

Eu passo a Presidência para o Senador Paulo Rocha.

(O Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dando continuidade à nossa sessão de debates, passo a palavra, pela ordem de inscritos, ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Rocha, mais uma vez cumprimento todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado.

Eu venho prestar contas do trabalho nesse final de semana no meu Estado e hoje aqui em Brasília, um trabalho intenso, em que misturamos – pelo menos aqueles dedicados a ele – fim de semana com dia de semana. Faz tempo que eu não sei qual a diferença de um para o outro, porque saio daqui de Brasília, chego ao Acre, cumpro uma agenda intensa de viagem, volto para cá, numa noite mal dormida, em voos da madrugada, e já cedinho também começo na segunda-feira uma agenda bem intensa de trabalho.

E sobre a viagem ao Acre, eu queria fazer um registro: que possa constar nos *Anais do Senado Federal* o investimento, o registro da inauguração de um dos mais importantes equipamentos de apoio ao turismo, ao lazer e ao entretenimento, feito pela Confederação Nacional do Comércio,



através da Federação do Comércio do Acre, e, obviamente, conduzido pelo Sesc – Sesc Nacional e Sesc Acre.

Tive o privilégio, atendendo a um convite da direção do Sesc... Cumprimento a Dr^a Débora e, de modo muito especial, o amigo Leandro Domingues, que é Presidente da Federação do Comércio do Acre, pelo convite, porque não temos, no Acre inteiro, na parte mais ocidental da Amazônia – envolvendo, inclusive, outros Estados –, um equipamento tão importante para Cruzeiro do Sul, para Mâncio Lima, para Rodrigues Alves, Thaumaturgo, Porto Walter, Tarauacá, Feijó e Municípios vizinhos do Amazonas, um complexo de apoio turístico, um hotel-escola, um centro de eventos. E a partir disso, Cruzeiro do Sul passa a ter condições de ser um endereço, na Amazônia, para a indústria do turismo que mais cresce, que é o turismo de eventos.

Estiveram presentes o Governador Tião Viana, o Prefeito de Cruzeiro do Sul, o Prefeito de Rio Branco, Marcos Alexandre, e alguns Parlamentares federais e estaduais. Mas o importante é que, a partir de agora, por conta de investimentos de mais de R\$40 milhões, num período de crise – uma obra que durou cinco anos –, o Acre passa a ter, numa das regiões mais bonitas que temos, mais importantes que temos, que é a região do Juruá, um equipamento que vem como fruto do investimento do Sesc Nacional, numa parceria com a Federação do Comércio do Acre e o Sesc do Acre.

Então, fica aqui o registro.

Eu queria também dizer que, nessa viagem, eu pude ter uma reunião com o Prefeito Isaac, de Mâncio Lima, com sua Vice, Angela, toda a equipe, acompanhando o Prefeito Marcus Alexandre, o prefeito da capital, onde tivemos uma palestra do prefeito da capital feita para a equipe de Mâncio Lima, lugar onde eu também, por ser uma administração do PT e por ter sido convidado, sempre que posso, tento passar um pouco da experiência que acumulei, seja como prefeito, mas também como governador.

Mas eu pude também fazer boas conversas. Realmente não parei: foi um trabalho intenso nesse final de semana. Por mais que alguns possam achar que, no final de semana, a gente tem o tempo do descanso merecido, não foi o meu caso nesse final de semana. Foi um trabalho intenso, mas pude ter boas conversas com lideranças de Thaumaturgo, que é o Município vizinho, com lideranças de Mâncio Lima, de Cruzeiro do Sul, mas também pude visitar as lideranças que prezo muito da Assembleia de Deus em Cruzeiro do Sul, o querido amigo Pastor Carlos e o Pastor Jucemir. São pessoas muito especiais; fazem um trabalho muito bonito, que merece os elogios todos, um trabalho social fantástico, um trabalho também espiritual, que vale e merece o registro. Depois, pude conversar com o querido Bispo Dom Mosé, que já está próximo, também, de cumprir sua missão, já que, com 75 anos, normalmente os bispos são substituídos.

Eu lembra com ele quando o visitei na casa onde ele reside, no complexo da igreja de Cruzeiro do Sul, que teve o apoio de padres alemães durante décadas, que, há 27 anos, na mesa em que eu me reuni com ele, anteontem, eu me apresentava ao Bispo Dom Luís, alemão, um Bispo que também deu uma importante contribuição ao Acre, à região do Juruá, como candidato ao Governo do Acre, e pude ver e viver um pouco de nostalgia, lembrando o que tinha ocorrido há 27 anos, naquela sala em que eu conversava com o Bispo Dom Mosé, e pude ver quanto tempo já passou, quanta mudança na minha vida ocorreu, mas agradecendo sempre a Deus o privilégio de ter recebido



a confiança do povo do Acre, ter sido Prefeito, ter sido Governador duas vezes e agora procurando cumprir bem o mandato de Senador da República.

Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu não poderia concluir sem me referir ao fato de que, nessa viagem para Cruzeiro do Sul, também dei entrevistas na *Integração*, na *Juruá FM*, falando do gravíssimo problema da estrada. Eu estou aqui. Foi feito o lançamento do início de obra do Dnit, do Ministério dos Transportes. Acho importante, mas não temos nada a celebrar. A estrada ficou sem manutenção há mais de dois anos. Fizemos um trabalho com muito sacrifício. Trechos em que eu trabalhei há 17 anos hoje estão intrafegáveis e às vezes aparecem alguns querendo me cobrar a conta.

Ora, eu sempre digo: quando nós estávamos, fosse eu, o Governador Binho ou o Governador Tião, cuidando da estrada, que é uma BR, uma rodovia federal, ela estava melhor ou pior do que nestes tempos em que voltou a sua gestão, a sua responsabilidade para o Governo Federal? Todos respondem sem pestanejar que agora a estrada está vivendo o seu pior momento desde quando iniciamos a sua pavimentação. Isso é muito sério! Final de junho, e agora estão iniciando os trabalhos. Está errado. Não há insumos, os equipamentos, do meu ponto de vista, não são adequados, não se colocam limites e balança na estrada. É como se fosse uma região de que ninguém cuida.

Sinceramente, em nome de toda a população do Acre, de Sena Madureira, que precisa de reparos urgentes no trecho Sena-Rio Branco, de Manoel Urbano, de Santa Rosa e de Jordão, que são Municípios isolados, mas conectam com os que eu estou citando, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Thaumaturgo e Porto Walter precisam de uma ação responsável. Que nenhum político tente tirar proveito dessa situação que deixa todo o Estado do Acre preocupado. Uma viagem que demorava oito horas agora é feita em dois dias. Isso é um absurdo, é inaceitável.

Queria ainda citar que, com esse drama da estrada, nós vivemos um problema gravíssimo. Veja o absurdo: a estrada é precária e a Gol Linhas Aéreas – estou fazendo mais uma denúncia; vou apresentar requerimentos, vou encaminhar a denúncia ao Ministério Público, aonde for possível, denunciando a Gol Linhas Aéreas – o que faz? Uma passagem de Rio Branco para Brasília, de TAM ou de GOL, R\$ 4.500; uma passagem de Rio Branco para Cruzeiro do Sul, R\$ 2.000, 50 minutos de voo. Isso é um assalto! No mesmo percurso, Brasília-São Paulo, R\$120.

Quer dizer, nós temos que pagar adicional por sermos amazônidas, por vivermos no Acre, por vivermos em Rondônia, no Amazonas, em Roraima, no Amapá? É isso que se quer neste País? Os governos e as prefeituras facilitam com incentivos, inclusive tributários, e a resposta que a Gol Linhas Aéreas está dando é cobrar a passagem mais cara do Brasil no trecho Rio Branco-Cruzeiro do Sul.

Isso é um abuso, um desrespeito. É necessário que a ANAC faça algo. Chega de fazer uma política que não atende ao usuário do transporte aéreo, que não atende às pessoas que precisam, como quem vive na Amazônia, do transporte aéreo para se locomover, em muitos casos, a única alternativa de transporte que se tem com rapidez.

Então, faço aqui esse protesto, porque temos o problema da gasolina mais cara do Brasil, da passagem aérea mais cara do Brasil, temos problema também da qualidade da Internet – vamos debater amanhã na Comissão de Ciência e Tecnologia, inclusive a política de banda larga –, temos



problemas de apagões da energia elétrica, e não podemos aceitar isso. Fiz do meu mandato também o mandato de defesa do consumidor. Por isso trago aqui essas denúncias.

Queria, por último, dizer que, chegando aqui em Brasília – estou prestando contas como Presidente da Comissão Mista de Mudança Climática – estou contente. Participei hoje cedo, acompanhado dessa figura muito querida e especial que é Sebastião Salgado, que está aqui nos visitando, trabalhando. Participamos da abertura de uma reunião muito importante no Itamaraty, que é resultado da COP que ocorreu em Marrakesh, no ano passado, onde eu estava presente. E fui um dos signatários de uma carta em que apresentamos uma proposta de realizar uma reunião aqui, nesse semestre, na qual pudéssemos debater o financiamento das florestas e a mudança climática.

Essa reunião está acontecendo hoje o dia inteiro no Itamaraty e, de alguma maneira, quero também, sem falsa modéstia, dizer que colaborei para que essa reunião acontecesse. Um grupo muito qualificado de especialistas, de entidades não-governamentais, governamentais, estaduais e empresariais está reunido, discutindo a posição do Brasil perante o Acordo do Clima. Temos a posição dos Estados Unidos, que tensionou e vai seguir tensionando o cumprimento desse acordo, e o Brasil, que é signatário, que foi protagonista, também vive um drama, porque há um aumento do desmatamento e, obviamente, isso dificulta que o Brasil possa cumprir as metas assumidas publicamente, e também no Acordo de Paris, de redução de suas emissões.

A busca por trabalhar uma economia de baixo carbono é a busca do futuro. O Presidente dos Estados Unidos está pegando o caminho errado, está pegando a contramão. Os consumidores do mundo se preocupam com a vida no planeta, preocupam-se com um mundo sustentável, querem um mundo sustentável, e, certamente, o padrão de produção e consumo está passando por uma mudança muito importante. A redução das emissões implica garantir a vida no planeta para essa e para as futuras gerações.

Pegar o caminho errado significa pôr em risco a vida no Planeta, fazer com que nações desapareçam. O Brasil, que teve a sua autoridade respeitada no mundo inteiro não só porque sediou os principais eventos ligados a esse tema, mas porque ajudou na articulação da assinatura do acordo, agora vive o drama do aumento do desmatamento. Não pode o Brasil seguir tratando a Amazônia como um problema. A Amazônia é parte da solução.

Nós, que vivemos naquela região, 25 milhões de habitantes, não podemos aceitar que não haja projeto, que não haja propósito para dar apoio aos governos, às prefeituras e à sociedade. Nós não temos de pagar um adicional, seja na passagem aérea, no combustível ou na telefonia, por sermos da Amazônia. É disso que eu reclamo. Nós não podemos ajudar o Brasil a mudar a cor da sua agenda, que era marrom, que era suja, para uma agenda verde e respeitada e não ganhamos nada. Quando não se tem uma redução do desmatamento, por incrível que pareça, por falta de alternativas de uma economia sustentável, de uma economia florestal que o Brasil teima em não fazer acontecer na Amazônia, agravam-se os problemas econômicos e sociais das populações, especialmente dos mais pobres. Hoje, no Itamaraty, nós estamos querendo discutir financiamentos para a floresta vinculados a essa agenda do clima.

Não posso encerrar sem deixar registrado o vexame que foi a viagem do Presidente Temer à Noruega. O recurso de que nós dispúnhamos como uma espécie de prêmio pela redução do desmatamento é o Fundo Amazônia. Mas o Fundo Amazônia está diretamente ligado a um compromisso e à materialização desse compromisso, que é a redução do desmatamento. Um bilhão e



duzentos milhões de dólares foram colocados nesse fundo. A Noruega pôs mais de R\$1,1 bilhão, mas com o compromisso de o Brasil seguir diminuindo o desmatamento. E o que ocorreu nos últimos dois anos? Um aumento do desmatamento. Eram 5 mil km², passaram para 6 mil km² e agora já são quase 8 mil km², houve 47% de aumento.

Isso é um absurdo, isso diminui o respeito que o Brasil estava tendo no plano internacional. E o que é que nós tivemos como resultado da ação do Governo Temer ou da falta de ação do Governo Temer? Um anúncio da Noruega de que, dos US\$400 milhões previstos para este ano, cortará a metade desse valor, perto de US\$200 milhões. Isso ainda pode ter pioras, porque, se o Brasil seguir com a tendência de aumento do desmatamento, os países que colaboraram, os poucos recursos que chegam à Amazônia, também vão desaparecer. E a maior responsabilidade com a Amazônia, com os brasileiros, com os governos e com os Municípios, é do Governo Federal. Não adianta virem com a desculpa de que estamos vivendo uma crise política e econômica e temos de deixar esse assunto para depois.

Lá no Itamaraty, nós estamos fazendo valer algo diferente. Estamos tratando essa questão da mudança do clima e do financiamento de florestas como uma agenda do Estado brasileiro, do povo brasileiro, que tem de ser tratada, tem de ser priorizada, independente do ambiente político e econômico em que País possa estar vivendo.

Então, encerro aqui as minhas palavras pedindo que possa constar nos *Anais do Senado* o artigo do André Trigueiro, que é um grande jornalista, profundo conhecedor da questão ambiental, inclusive urbana, publicado no jornal *Folha de S.Paulo*. Esse artigo do André Trigueiro, de maneira pedagógica, traduz o drama que nós estamos vivendo, os prejuízos que estamos tendo por conta desse retrocesso ambiental, com a redução de unidades de conservação, com uma agenda que vem do Governo e da Câmara dos Deputados que danifica aquilo que o Brasil demorou anos para conquistar perante o mundo, que foi o respeito que o Brasil adquiriu a partir da redução do desmatamento, a partir da revisão do Código Florestal, a partir da nova lei de ciência e tecnologia, a partir da lei de acesso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... à biodiversidade e ao conhecimento tradicional. Eu tive a honra de relatar essas três matérias.

Então concluo, Sr. Presidente, pedindo que possa constar nos *Anais* esse artigo do André Trigueiro, publicado na *Folha de S.Paulo*, e fazer esse registro de que o diálogo sobre financiamento de florestas e mudança do clima, realizado hoje no Itamaraty, na Sala Santiago Dantas, é algo que fazemos com muita satisfação, valendo a pena a luta que nós tivemos, eu e vários colegas, na COP 22, em Marraquesh. Agora, durante um dia inteiro, damos consequência àquilo que propusemos lá. Eu fui signatário da Carta, fiz a leitura da Carta, e hoje a gente cumpre esse compromisso, trabalhando a questão do REDD+, trabalhando junto com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas sobre floresta, para dizer que a Amazônia precisa ser vista como um ativo econômico, como parte da solução...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... como talvez a região que mais pode ajudar o Brasil a sair dessa crise econômica e dessa mazela



política, desde que seja tratada com seriedade, com respeito e não seja vista como um problema, mas como parte da solução.

Muito obrigado, Sr. Presidente Paulo Rocha.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JORGE VIANA (Vide item 2.1.2 do sumário).

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

- A cabeça do bacalhau.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Jorge Viana, sua presença é muito importante no plenário desta Casa.

Dando conta da pauta e do número de inscritos, nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta sessão, desejando uma semana de muito debate político e que a gente tenha a maturidade de buscar as saídas para a crise econômica e política do nosso País.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 46 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 93^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações



Ofício nº 40, de 2017, do Presidente da CI, referente ao Requerimento nº 16, de 2016, daquela Comissão, que encaminha o Relatório nº 3, de 2017, de Avaliação de Políticas Públicas sobre a implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira, com recomendações. (**Vide item 3.1 do sumário**)





Ofício nº 40/2017-CI/PRES

Brasília, 25 de abril de 2017.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNICIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Comunica aprovação do relatório da Política Pública de implantação de energias alternativas e renováveis e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o relatório apresentado pelo Senador Hélio José, referente à implantação de energias alternativas e renováveis e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira, passando a constituir parecer da Comissão. (*)

Respeitosamente,
Senador Eduardo Braga
Presidente da Comissão



(*) O Relatório a que se refere o Ofício nº 40/2017 encontra-se publicado em suplemento ao presente Diário do Senado Federal.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Digno no
termos do ofício
da liderança.
A Paul Bauer
Com saudação
[Assinatura]

Ofício nº 135/17-GLPSDB

Brasília, de junho de 2017.

Senhor Presidente,

Nos termos Regimentais, indico o Senador **PAULO BAUER** para integrar, como titular, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente,

Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

RECEBIDO EM: 26/06/2017
HORAS: 16:03

[Assinatura]
Cynthia Anatália de Jesus Miranda
Mat.: 292257 SFSL (SGM)



Ofícios nºs 1 a 5; 7, 8 e 10 de 2017, da CAE, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor dos Ofícios nºs S/1, S/9 e S/12, de 2017; e dos Avisos nºs 59, de 2016; 1, 3, 6 e 7 de 2017, e recomendando o arquivamentos das matérias.

As matérias vão ao arquivo.

São os seguintes os ofícios:





OF. 1/2017/CAE

Brasília, 21 de março de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

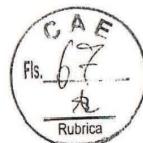
Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 2ª Reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 21 de março de 2017, foi dado conhecimento à comissão do Aviso nº 1 de 2017 (Aviso nº 458/MF), de 23 de dezembro de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa dentro das Operações de Administração de Passivo realizadas no terceiro bimestre de 2016.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,


Senador TASSO JEREISSLATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





OF. 2/2017/CAE

Brasília, 21 de março de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 2ª Reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 21 de março de 2017, foi dado conhecimento à comissão do Ofício “S” nº 1 de 2017 (Ofício nº 11.859/SE-MF), de 28 de dezembro de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de novembro de 2016 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,


Senador TASSO JEREISSLATI
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





OF. 3/2017/CAE

Brasília, 21 de março de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 2^a Reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 21 de março de 2017, foi dado conhecimento à comissão do Aviso nº 59 de 2016 (Aviso 116/2016-BCB na origem), de 20 de dezembro de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de novembro de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,



Senador TASSO JEREISSLATI
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





OF. 4/2017/CAE

Brasília, 21 de março de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 2ª Reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 21 de março de 2017, foi dado conhecimento à comissão do Aviso nº 3 de 2017 (Aviso 5/2017-BCB na origem), de 26 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao quarto trimestre de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





OF. 5/2017/CAE

Brasília, 21 de março de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

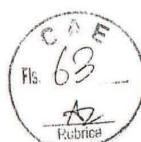
Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 2ª Reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 21 de março de 2017, foi dado conhecimento à comissão do Ofício “S” nº 9 de 2017 (Ofício nº 10.191/SE-MF), de 25 de janeiro de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando relação das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de dezembro de 2016, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

Senador TASSO JEREISSATI
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





OF. 7/2017/CAE

Brasília, 21 de março de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 2ª Reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 21 de março de 2017, foi dado conhecimento à comissão do Aviso nº 6 de 2017 (Aviso 9/2017–BCB na origem), de 23 de fevereiro de 2017, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de janeiro de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,


Senador TASSO JEREISSATI
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





OF. 8/2017/CAE

Brasília, 21 de março de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 2ª Reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 21 de março de 2017, foi dado conhecimento à comissão do Ofício “S” nº 12 de 2017 (Ofício nº 10.419/SE-MF), de 2 de março de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando relação das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de janeiro de 2017, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Tasso Jereissati".
Senador TASSO JEREISSATI
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





OF. 10/2017/CAE

Brasília, 21 de março de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 2ª Reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 21 de março de 2017, foi dado conhecimento à comissão do Aviso nº 7 de 2017 (Aviso nº 20/MF), de 24 de janeiro de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior referente ao quarto trimestre de 2016.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,

Senador TASSO JEREISSLATI
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Ofício nº 087/2017 – GLBPRD

*Fazendo a
Brasília, 22 de junho de 2017 substituição
solicitada.
à Publicação*

*Em 26/06/2017
Djo. Bento*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) indica a **Senadora Ângela Portela** como titular na Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, em substituição ao **Senador Acir Gurgacz** que deixa de compor a referida comissão.

Senador Lindbergh Farias
Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Excelentíssimo Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

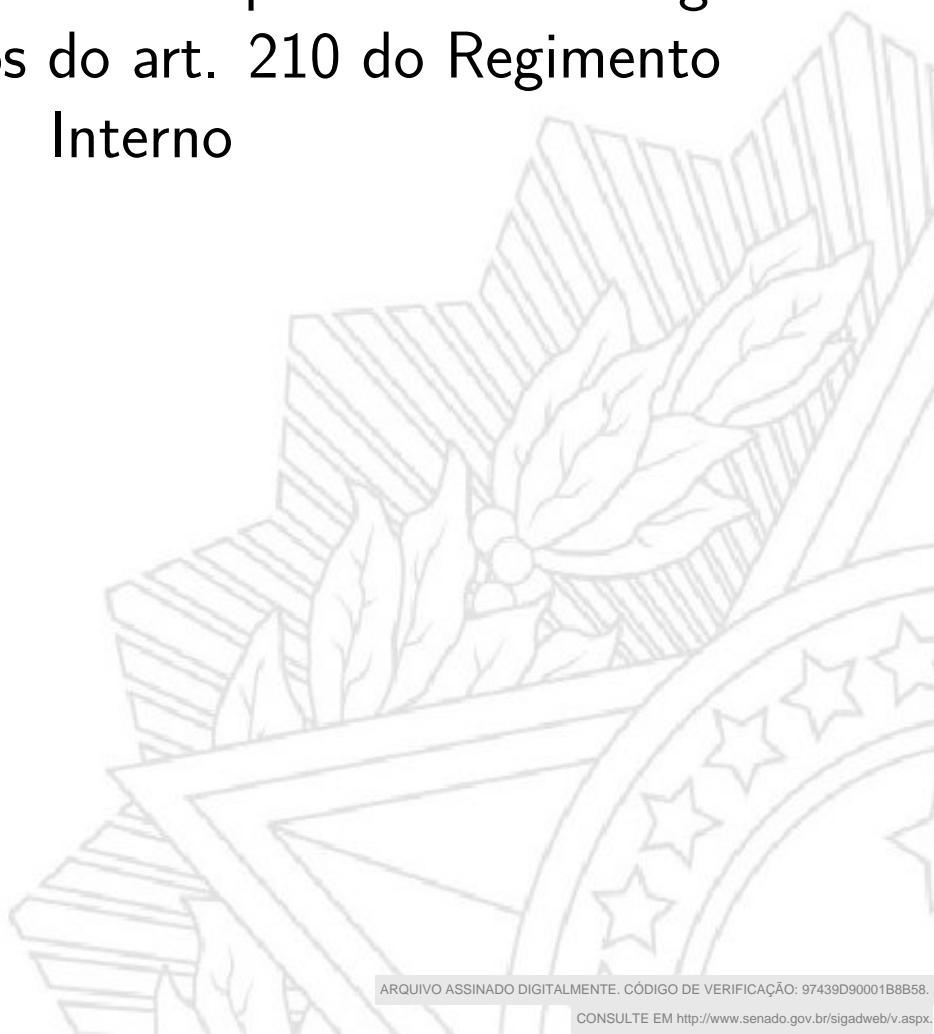
Recebido em 20/06/17
Hora: 17:40

*Camila M. R. Ventura
Camila Millena Brito Ventura
Estagiária-SLSF*



Documento encaminhado à publicação

Documento encaminhado pelo Senador Jorge Viana, nos termos do art. 210 do Regimento Interno



A cabeça do bacalhau

(André Trigueiro :: Folha de S. Paulo)

Brasileiro adora bacalhau e faz piada com o fato de o peixe vindo do outro lado do oceano Atlântico, das águas geladas da distante Noruega, nunca ter sido visto com cabeça. Agora a piada somos nós.

Onde estávamos com a cabeça quando negligenciamos um projeto -financiado pelos noruegueses- para proteger a Amazônia e os povos da floresta? Foram quase R\$ 3 bilhões doados por eles a um fundo criado por nós em 2008, gerenciado pelo BNDES, para apoiar projetos de combate ao desmatamento e de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal.

Pelas regras do fundo -criadas pelo próprio governo brasileiro-, vínhamos recebendo aproximadamente R\$ 400 milhões por ano (valor próximo do orçamento do Ministério do Meio Ambiente previsto para este ano) até que as taxas de desmatamento voltaram a subir. “De acordo com as regras que foram desenhadas pelas próprias autoridades brasileiras, se o desmatamento aumenta, haverá menos dinheiro saindo da Noruega”, disse na última quinta-feira o ministro de Clima e Meio Ambiente daquele país. Estima-se que o corte seja de aproximadamente R\$ 200 milhões.



O anúncio ocorre no momento em que especialistas começam a duvidar da capacidade de o Brasil cumprir, pelo rumo dos acontecimentos, a meta estabelecida no Acordo de Paris de reduzir as emissões de gases estufa em 43% até 2030. Uma meta confortável de ser alcançada desde que não hajam barbeiragens na proteção das áreas verdes.

O Presidente Temer e o ministro Sarney Filho tentaram defender em Oslo os interesses de um governo afogado em fatos e números desabonadores que vieram da gestão Dilma e prosseguem sem controle.

Os desmatamentos aumentaram 29% (em 2016), os assassinatos no campo registraram o segundo maior índice em 25 anos (61 homicídios em 2016) e apenas neste ano massacres como os de Colniza/MS (9 mortos) e Pau D' Arco/PA (10 mortos) levaram o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos a alertar o Brasil para o risco de uma escalada de violência no campo.

O atual governo dá claros sinais de subserviência aos interesses da parcela do agronegócio que deseja flexibilizar o licenciamento ambiental, interferir nas decisões sobre novas reservas ambientais ou demarcações indígenas (mudando a Constituição de 1988), entre outras medidas desastradas. A julgar pelos protestos ocorridos na Noruega durante a passagem da delegação brasileira por lá, o governo Temer não é mal visto apenas por aqui.



Mensagem do Presidente da República



Mensagem nº 203

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Institui o Dia Nacional do Engenheiro de Custos”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.453, de 21 de junho de 2017.

Brasília, 21 de junho de 2017.



Ofício da Secretaria do Tesouro Nacional





SENADO FEDERAL

OFICIO "S"

Nº 47, DE 2017

Encaminha, em atendimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 16 de novembro de 2004, o Relatório de Recompras de Títulos da Dívida Pública Federal Mobiliária Externa de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior referente ao mês de maio de 2017.

AUTORIA: Ministério da Fazenda

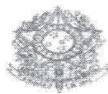
DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Gabinete da Secretaria do Tesouro Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Ed. Sede do Ministério da Fazenda - 2º andar - GAB/STN - Setor Central
70048-900 - Brasília - DF
(61) 3412-2222 (61) 3412-1717 (61) 3412-2215 gab.df.stn@tesouro.gov.br

Ofício nº 8 /2017/GABIN/STN/MF-DF

Brasília, 19 de junho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Senado Federal, 1º Andar – Edifício Principal
CEP 70.165-900 – Brasília (DF)

Assunto: Encaminhamento de informações ao Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

No contexto do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, de que trata a Resolução do Senado Federal nº 20, de 16 de novembro de 2004, e em cumprimento ao seu art. 3º, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Recompras de Títulos da Dívida Pública Federal Mobiliária Externa realizadas no mês de maio de 2017.

Respeitosamente,

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária do Tesouro Nacional



Página 2 de 6

Parte integrante do Avulso do OFS nº 47 de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 22C0A354001B42DA.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 97439D90001B8B58.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

ASSUNTO: RELATÓRIO DE EXECUÇÃO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 20, DE 16/11/2004.

No amparo da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, do Senado Federal, que autoriza a União a realizar emissões de títulos e operações de administração de passivos, de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, a Secretaria do Tesouro Nacional deu continuidade, no mês de maio de 2017, à estratégia definida no Plano Anual de Financiamento – PAF¹, qual seja, a de aperfeiçoamento do perfil da Dívida Pública Federal externa – DPFe.

2. Quanto ao disposto no artigo 3º da referida resolução, relatamos que no mês de maio do ano corrente foram efetuadas operações de administração de passivos, de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, no montante de US\$ 224,33 milhões, em valores financeiros, correspondendo a US\$ 195,39 milhões, em valores de face (Quadro 1), com efetivo cancelamento dos títulos recomprados no dia 1º de junho de 2017. O detalhamento das operações realizadas está apresentado no Anexo I.

¹ Trata-se de um instrumento de gestão fiscal que define os objetivos e diretrizes da administração da Dívida Pública Federal - DPF. Por meio do PAF, o Tesouro Nacional expressa seu compromisso com a redução dos custos, o monitoramento dos riscos e o planejamento estratégico da DPF, contribuindo, assim, para aumentar a confiança dos investidores.

A handwritten signature in black ink, appearing to be initials, is placed here.





Relatório de execução – 2/4

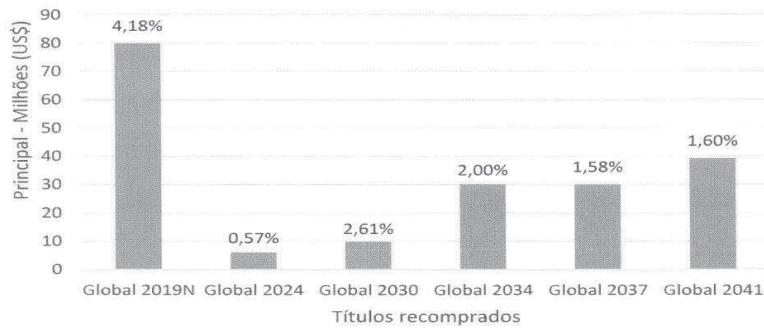
Quadro 1: Recompras efetuadas em maio/2017

Ativo	Valor de Face	Valor Juros	Valor Ágio	Pagamento Total	US\$
Global 2019 N	80.000.000	1.640.920	5.257.500	86.898.420	
Global 2024	6.134.000	56.938	1.718.525	7.909.463	
Global 2030	10.000.000	245.000	6.457.000	16.702.000	
Global 2034	30.033.000	858.021	7.414.830	38.305.851	
Global 2037	30.000.000	730.313	4.722.000	35.452.313	
Global 2041	39.225.000	823.309	- 981.400	39.066.909	
Total	195.392.000	4.354.500	24.588.455	224.334.955	

Fonte: Tesouro Nacional – CODIP/CODIV

3. O volume recomprado no período representa 2,12% do estoque² em mercado dos títulos que foram alvo do Programa. O Gráfico 1 apresenta o percentual retirado de mercado, por título recomprado.

Gráfico 1: Percentual retirado do mercado em maio/2017



Fonte: Tesouro Nacional – CODIV

7. Os títulos listados no Quadro 1 foram objeto de recompra antecipada por constituírem, no período, pontos distorcidos na curva soberana e, consequentemente, apresentarem preços de mercado mais atraentes para a República. A redução total no fluxo de pagamento de amortização e de juros até

² Considerando o saldo devedor em 30 de abril de 2017.



*Relatório de execução – 3/4*

os respectivos vencimentos dos títulos, em função das operações efetuadas, é de US\$ 362,35 milhões, em valores correntes. No Quadro 2 estão informadas as principais características dos títulos recomprados.

Quadro 2: Características dos títulos recomprados

Título	Vencimento	Cupom (% a.a.)
Global 2019N	15/01/2019	5,875
Global 2024	15/04/2024	8,875
Global 2030	06/03/2030	12,25
Global 2034	20/01/2034	8,25
Global 2037	20/01/2037	7,125
Global 2041	07/01/2041	5,625

Fonte: Tesouro Nacional – CODIP/CODIV

8. Ressalta-se que os ativos foram recomprados no mercado secundário segundo a avaliação do Tesouro Nacional, em linha com a finalidade, já mencionada, de melhorar o perfil do passivo externo e consolidar a curva de juros da dívida externa.

Em, 19 de junho de 2017.



José Franco Medeiros de Moraes
Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional



Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Secretária do Tesouro Nacional





Relatório de execução – 4/4

**Relatório da execução do Programa de Emissão de Títulos e
Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no
Exterior**

**Anexo I – Quadro demonstrativo das operações de
recompra de títulos da DPFe – Maio/2017**

Data de Liquidação	Título	Preço Limpo (%)	Principal (US\$)	Juros (US\$)	Ágio (US\$)	Pagamento Total (US\$)	Pagamento Total (R\$)
02-mai-17	Global 2041	98,90	5.000.000,00	89.843,75	-	55.000,00	5.034.843,75
10-mai-17	Global 2030	164,50	3.000.000,00	65.333,33	1.935.000,00	5.000.333,33	15.881.058,67
10-mai-17	Global 2041	99,05	5.000.000,00	96.093,75	-	47.500,00	5.048.593,75
10-mai-17	Global 2030	165,00	3.000.000,00	65.333,33	1.950.000,00	5.015.333,33	15.928.698,67
15-mai-17	Global 2037	115,54	5.000.000,00	113.802,08	777.000,00	5.890.802,08	18.620.825,39
18-mai-17	Global 2037	117,20	5.000.000,00	116.770,83	860.000,00	5.976.770,83	18.554.885,05
19-mai-17	Global 2019N	106,60	35.000.000,00	708.263,89	2.310.000,00	38.018.263,89	117.602.986,81
19-mai-17	Global 2037	117,40	5.000.000,00	117.760,42	870.000,00	5.987.760,42	18.520.142,97
22-mai-17	Global 2024	128,75	4.134.000,00	37.708,40	1.188.525,00	5.360.233,40	16.674.643,53
22-mai-17	Global 2019N	106,55	25.000.000,00	518.142,36	1.637.500,00	27.155.642,36	84.266.242,04
22-mai-17	Global 2019N	106,55	20.000.000,00	414.513,89	1.310.000,00	21.724.513,89	67.592.462,01
24-mai-17	Global 2024	126,50	2.000.000,00	19.229,17	530.000,00	2.549.229,17	8.389.340,60
24-mai-17	Global 2034	124,70	10.000.000,00	284.166,67	2.470.000,00	12.754.166,67	41.967.585,42
24-mai-17	Global 2034	124,70	1.825.000,00	51.860,42	450.775,00	2.327.635,42	7.660.248,16
24-mai-17	Global 2034	124,69	8.208.000,00	233.244,00	2.026.555,20	10.467.799,20	34.447.026,41
26-mai-17	Global 2037	113,90	5.000.000,00	124.687,50	695.000,00	5.819.687,50	18.957.632,03
26-mai-17	Global 2041	96,95	5.000.000,00	108.593,75	-	152.500,00	4.956.093,75
26-mai-17	Global 2041	96,88	20.000.000,00	434.375,00	-	625.000,00	19.809.375,00
26-mai-17	Global 2034	124,68	10.000.000,00	288.750,00	2.467.500,00	12.756.250,00	41.559.150,70
30-mai-17	Global 2037	115,20	10.000.000,00	257.291,67	1.520.000,00	11.777.291,67	38.476.991,32
30-mai-17	Global 2030	164,30	4.000.000,00	114.333,33	2.572.000,00	6.686.333,33	21.848.873,26
30-mai-17	Global 2041	97,60	4.225.000,00	94.402,34	-	101.400,00	4.218.002,34
Total		195.392.000,00	4.354.499,88	24.588.455,20	224.334.955,08	713.520.115,34	

Fonte: STN/CODIV/GEEST



Página 6 de 6

Parte integrante do Avulso do OFS nº 47 de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 22C0A354001B42DA.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 97439D90001B8B58.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Parecer





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 14, DE 2017

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre o processo Ofício "S" nº13, de 2014, que Encaminha Relatório
Final do Grupo de Trabalho do Conselho de Defesa dos Direitos da
Pessoa Humana.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Paulo Rocha
RELATOR: Senadora Regina Sousa

21 de Junho de 2017



PARECER N° , DE 2017

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Ofício “S” nº 13, de 2014, da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, que *encaminha Relatório Final do Grupo de Trabalho do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.*

SF/17703.47076-45

Relatora: Senadora **REGINA SOUSA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Ofício nº 111/2014/CDDPH/SDH/PR, de 17 de março de 2014, expedido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (hoje Ministério dos Direitos Humanos), recebido nesta Casa como Ofício “S” nº 13, de 2014.

Por meio dele, a então ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República encaminhou, para conhecimento do Senado Federal, exemplar do Relatório Final do Grupo de Trabalho (GT) “Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil”, criado pela Resolução nº 7, de 2012, do então Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) – transformado no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) pela Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014.

Referido grupo de trabalho foi criado com o objetivo de analisar denúncias referentes à situação de violência contra profissionais de comunicação social no exercício dessa função, encaminhá-las aos órgãos competentes e acompanhar seus desdobramentos; propor ações de monitoramento de denúncias relativas ao assunto; e, por fim, sugerir medidas para a efetiva segurança desses profissionais.



O relatório não limitou sua análise aos jornalistas, passando a abranger todas as categorias de comunicadores públicos (radialistas, blogueiros, fotógrafos, entre outros), tendo como norte a acepção de violação à liberdade de expressão concebida pela organização da sociedade civil Artigo 19 no relatório de suas atividades publicado em 2012: “toda ação ou omissão por parte do Estado ou ator não estatal que interfira de maneira direta ou indireta na livre circulação de ideias, opiniões ou informações”.

Do relatório aludido, destacam-se os pontos a seguir.

Em primeiro lugar, os motivos da criação do grupo de trabalho, a saber, o crescimento do número de casos em que a violência é usada para cercear a liberdade de expressão, bem como o índice de impunidade aferido pelo Comitê para a Proteção de Jornalistas (CPJ) no período de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2012, que situava o Brasil na 10ª posição no mundo, com nove assassinatos não solucionados de jornalistas.

Em segundo lugar, alguns casos de violação aos direitos de comunicadores: Santiago Ilídio Andrade, cinegrafista, foi atingido por artefato explosivo enquanto cobria uma manifestação no Rio de Janeiro, vindo a falecer; Gelson Domingos da Silva, morto durante a cobertura de uma ação policial no Rio de Janeiro, não dispunha de qualquer equipamento de segurança recomendado para a operação; Rodrigo Neto, assassinado provavelmente por pessoas ligadas a grupos de extermínio que agiam em Ipatinga, no Vale do Aço; Décio de Sá, blogueiro e repórter do “Estado do Maranhão”, assassinado em 23 de abril de 2012; Walney Assis Carvalho, fotógrafo, assassinado no Vale do Aço em Minas Gerais; Mauri König e André Caramante, ameaçados de morte em razão de sua atuação profissional, Carlos Latuff, cartunista, também ameaçado na página mantida em uma rede social; Fernando Mellis, Gisele Brito, Lumi Zúnica, César Moura, Lile Corrêa e Lúcia Rodrigues, vítimas de violência efetiva ou potencial vivenciada no exercício da profissão; Pedro Nogueira e Gustavo Santos, vítimas de imputação injustificada de crimes como forma de intimidação.

Em terceiro lugar, o mapeamento dos casos de violência praticada contra comunicadores, mencionando as circunstâncias em que ocorreram. Em suas conclusões, o relatório aponta para i) o envolvimento de autoridades, inclusive políticas, e agentes do sistema de segurança pública, o que dificulta a punição dos perpetradores de crimes contra esses profissionais; ii) a necessidade de estabelecimento de medidas protetivas que garantam a continuidade da atuação profissional, evitando-se a revitimização

SF/17703.47076-45



dos comunicadores; iii) a persistência da impunidade; iv) o incremento do risco da atividade de comunicador em zona de fronteira; v) o modelo repressivo adotado pelo efetivo policial brasileiro responsável pela segurança pública, que não poupa da violência os jornalistas nem os participantes de manifestações públicas; vi) a questão da responsabilidade das empresas jornalísticas pela segurança de seus funcionários quando em serviço; vii) a proposta de descriminalização dos crimes contra a honra e desacato e viii) os problemas enfrentados pelos comunicadores populares e radialistas, especialmente vulneráveis em razão do pequeno porte do veículo de comunicação em que atuam.

SF/17703.47076-45

Em quarto lugar, os dados constantes do levantamento feito pelo GT, em parceria com outras entidades representativas dos profissionais da comunicação, indicaram que, de 2009 a 2014, foram contabilizadas 321 ocorrências de agressões, ameaças, sequestros e outros atos de violência contra comunicadores, em razão de sua atuação profissional. Destes, foram 18 homicídios. O documento também chama atenção para o caráter nacional do fenômeno da violência, a despeito da concentração de casos na região Sudeste, sobretudo no eixo Rio-São Paulo, no ano de 2013, em virtude das expressivas manifestações populares que ocorreram naquele ano.

Em quinto lugar, as recomendações do GT ao Poder Executivo Federal, ao Poder Legislativo, aos Poderes Executivos Estaduais, aos veículos de comunicação, ao Poder Judiciário, ao próprio CDDPH. Quanto ao Legislativo, ressaltamos as propostas de a) federalização da investigação de crimes contra a liberdade de expressão, observadas as prescrições da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002; b) aprimoramento do incidente de deslocamento de competência para os processos relativos a crimes contra direitos humanos; c) discussão acerca do conceito de direito de resposta; d) realização de discussões sobre o impacto dos crimes contra a honra e daqueles tipificados no art. 70 da Lei nº 4.177, de 1962, e no art. 183 da Lei nº 9.472, de 1997, sobre a violência praticada contra os comunicadores, bem como sobre a tese de descriminalização do desacato e dos crimes contra a honra.

Em sexto lugar, o compartilhamento de experiências de países a exemplo do México e da Colômbia no combate à violência contra comunicadores públicos, bem como a divulgação do “Plano de Ação da ONU sobre a Segurança de Jornalistas e a Questão da Impunidade”, a ser adaptado às realidades locais dos países que decidirem implementá-lo mediante a criação de planos nacionais.



Finalmente, em sétimo lugar, a referência a algumas medidas antiviolência consideradas eficazes pelo GT: a estruturação de um Observatório da Violência contra Comunicadores, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; a concepção de um Sistema de Indicadores, com atenção para as fontes de dados, a periodicidade da coleta das informações e a realização de campanhas de divulgação das suas atividades; e o aperfeiçoamento do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (PPDDH/SDH).

II – ANÁLISE

SF/17703.47076-45

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do seu art. 102-E, incisos I e II, cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre pareceres e sugestões legislativas como as apresentadas pelo então CDDPH (hoje CNDH), órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos.

Como visto, o relatório do CDDPH consubstancia algumas recomendações¹ ao Poder Legislativo.

A primeira delas diz respeito ao direito de resposta, que foi finalmente regulamentado pela Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015. Registrados que, embora a disciplina do instituto por lei já fosse uma necessidade amplamente reconhecida pela sociedade, o texto da Lei nº 13.188, de 2015, inspirou questionamentos por parte da Associação Brasileira da Imprensa sobre suas possíveis interferências na liberdade de expressão e no trabalho investigativo exercido pelos jornalistas. A polêmica foi direcionada ao Supremo Tribunal Federal, por intermédio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 5.415 e 5.418.

Outro tema é pertinente ao aprimoramento do Incidente de Deslocamento de Competência, mecanismo inserido na Constituição da República pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que é tema das Propostas de Emenda à Constituição nº 61, de 2011, e nº 80, de 2011. Com essas iniciativas, pretende-se ampliar o rol de legitimados a suscitarem a medida, o que decerto contribuirá para uma maior disseminação do mecanismo. Na mesma linha, o Projeto de Lei (PL) nº 6.647, de 2006, em

¹ Na verdade, trata-se de temas propostos pelos integrantes do grupo de trabalho considerados qualificados para se tornarem sugestões legislativas. O termo recomendação não parece ser o mais adequado, pois em atenção ao Princípio da Separação dos Poderes o Poder Legislativo não está obrigado a apresentar proposições para satisfazer a agenda política do Poder Executivo fora dos casos previstos na Constituição.



tramitação na Câmara dos Deputados, intenta disciplinar o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos perante o Superior Tribunal de Justiça.

Já o PL nº 1.078, de 2011, que dispunha sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houvesse omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística, foi arquivado no início de 2015, nos termos do art. 105 do Regimento Interno daquela Casa. No entanto, foi sucedido pelo PL nº 191, de 2015, que incorporou integralmente a ideia do projeto arquivado.

Finalmente, quanto à perspectiva de descriminalização dos crimes contra a honra, tipificados nos arts. 138, 139 e 140 do Código Penal, anotamos que está em discussão no Senado o PLS nº 236, de 2012, que institui o novo Código Penal. A matéria está sendo analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa. Destacamos a emenda proposta pela então Senadora Ana Rita, de nº 27, que visa a suprimir o Capítulo IV (Crimes contra a honra) do texto do PLS em questão. O crime de desacato, atualmente previsto no art. 331 do Código Penal, por sua vez, deixou de constar no texto do projeto de reforma do código.

SF/17703.47076-45

III – VOTO

Ante o exposto, tomamos ciência do conteúdo e concluímos pelo arquivamento do relatório encaminhado pela então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, recebido nesta Casa como Ofício “S” nº 13, de 2014.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**CDH, 21/06/2017 às 11h - 39ª, Extraordinária****Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa****PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
VAGO	1. VALDIR RAUPP
MARTA SUPLICY	2. VAGO
HÉLIO JOSÉ	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)

TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA	PRESENTE
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE
PAULO PAIM	
REGINA SOUSA	PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)

TITULARES	SUPLENTES
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)

TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
VAGO	1. SÉRGIO PETECÃO

TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAIBERIBE	1. RANDOLFE RODRIGUES
ROMÁRIO	2. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)

TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA	1. CIDINHO SANTOS
TELMÁRIO MOTA	2. WELLINGTON FAGUNDES

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
RONALDO CAIADO
ROMERO JUCÁ
IVO CASSOL
WILDER MORAIS
HUMBERTO COSTA
AIRTON SANDOVAL





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES

22/06/2017 10:26:17

Página 2 de 2



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 13/2014)

NA 39^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A SENADORA REGINA SOUSA PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR PAULO ROCHA, PARA QUE POSSA RELATAR A MATÉRIA. A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA REGINA SOUSA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELO ARQUIVAMENTO DO OFÍCIO.

21 de Junho de 2017

Senador PAULO ROCHA

Presidiu a reunião da Comissão de Direitos Humanos e
Legislação Participativa



Foi encaminhado à publicação o Parecer sob nº 14, de 2017, da CDH, que conclui pelo arquivamento do Ofício nº S/13, de 2014.

A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminha a matéria ao Arquivo.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
 Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
 Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
 Bloco-PT - Lindbergh Farias*
 Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
 PMDB - João Alberto Souza*
 Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
 PMDB - Jader Barbalho*
 Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
 Bloco-PT - Humberto Costa*
 Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Airton Sandoval* (S)
 PMDB - Marta Suplicy*
 Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

PMDB - Zeze Perrella* (S)
 Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
 Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
 Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
 Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
 Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
 Bloco-PT - Paulo Paim*
 Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
 Bloco-PT - José Pimentel*
 Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
 PMDB - Raimundo Lira* (S)
 PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
 Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
 PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
 Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
 PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
 Bloco-DEM - José Agripino*
 Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
 Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
 PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
 PMDB - Renan Calheiros*
 Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
 Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
 Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
 Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
 Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
 PMDB - Roberto Requião*
 Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
 Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
 Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
 PMDB - Waldemir Moka*
 PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
 PMDB - Hélio José* (S)
 S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
 PMDB - Valdir Raupp*
 Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
 Bloco-PR - Vicentinho Alves*
 PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
 Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
 Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
 PMDB - Romero Jucá*
 Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Ailton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 15

PSDB-10 / DEM-4 / PV-1

Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferrão.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	15
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
Vago.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Airton Sandoval* (PMDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-T0)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)
 Eduardo Braga* (PMDB-AM)
 Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
 Elmano Férrer** (PMDB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)

Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Kátia Abreu** (PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

PMDB - 22 Líder Renan Calheiros - PMDB (103,123) Vice-Líderes Kátia Abreu (124) Valdir Raupp (125)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 15 Líder José Agripino - DEM (32,52) Vice-Líderes Ricardo Ferrão (78,86,112) Davi Alcolumbre (75,85,130) Ataídes Oliveira (74) Líder do PSDB - 10 Paulo Bauer (107) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferrão (78,86,112) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (102) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (16,66)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12 Líder Wilder Morais - PP (39,122,131) Vice-Líderes Benedito de Lira (105) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (105) Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,106) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Lindbergh Farias - PT (27,59,63,89,126,135,136) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,25,116) Regina Sousa (35) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (27,59,63,89,126,135,136) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (31,41,55,60,127) Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (3,25,116)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,115) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (51,70) Vanessa Grazziotin (17,21) Líder do PSB - 7 Fernando Bezerra Coelho (99,133) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,110) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,21) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (42,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (4,29,34,44,56,84,101,128) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (96) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (104) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,8,67,72)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (119) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (99,133) José Medeiros (9,14,22,88,129) Davi Alcolumbre (75,85,130) Wilder Morais (39,122,131) Flexa Ribeiro (132) Sérgio Petecão (10,134)	 Maioria Líder Renan Calheiros - PMDB (103,123)	Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,18,50,53,79,90,113)

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolph Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolph Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
24. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
25. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. n° 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
58. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
61. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).



65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2^a vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n° 14/2016-BLSDEM.
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2^a vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem n° 253/2016 e Memorando n° 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2^a vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4^a vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios n° 14/2016-GLDPT e n° 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo n° 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude da sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB n° 1/2017)
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
102. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
103. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 11/2017)
104. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. s/n/2017-GLPR).
105. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. n° 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/n°-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB n° 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)
125. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)



126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
128. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
129. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
135. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
136. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS**Finalidade:** Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****RELATOR:****Prazo final prorrogado: 15/08/2017**

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemburg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemburg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Sandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO ^(2,7)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).
6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegera os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPRev).
7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/04/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	



3) CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 25/05/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1. 2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) VAGO (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) 2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO) Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT)

Notas:

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu (6)	1. Senador Eduardo Braga (6,9)
Senador Roberto Requião (6,9)	2. Senador Romero Jucá (6)
Senador Garibaldi Alves Filho (6)	3. Senador Elmano Férrer (6)
Senador Raimundo Lira (6)	4. Senador Waldemir Moka (6)
Senadora Simone Tebet (6)	5.
Senador Valdir Raupp (6)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1,14,16)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1,13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (3)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) (3)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3)	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (3)
Senador José Serra (PSDB-SP) (3)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5. Senadora Maria do Carmo Álvares (DEM-SE) (6)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) (2)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (4)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (8,10)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)	2. VAGO (5,11,12)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,15)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
15. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
16. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (8)
Senador Waldemir Moka (8,11)	2. Senador Valdir Raupp (8)
Senadora Marta Suplicy (8)	3. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8,14)	4. Senador Edison Lobão (8)
Senador Airton Sandoval (8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (1)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (6)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (6)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (6)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (9)	3. Senador José Agripino (DEM-RN) (9)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (9)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3,15,16)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (10)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4)	1. Senador Romário (PSB-RJ) (4)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (5)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (7)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (7)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (7)

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO ^(3,21)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloisio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLEDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLEDEM).
21. Afastamento em decorrência de decisão judicial na AC 4327-STF.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomcj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3.
Senador José Maranhão (7)	4.
Senador Raimundo Lira (7)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
VAGO (1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Romário (PSB-RJ) (2)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Airton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PÉ) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) ⁽⁵⁾	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(2,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(6,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁶⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(6,12,16)

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PSB-RJ) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)
Notas:	
* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.	
1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferreira foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).	
2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).	
3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).	
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).	
5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).	
6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).	
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).	
8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).	
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).	
10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).	
11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).	
12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferreira deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).	



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão (7)	1. Senador Renan Calheiros (7,13)
Senador João Alberto Souza (7)	2. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Roberto Requião (7,13)	3. Senador Hélio José (7)
Senador Romero Jucá (7)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (5)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (5)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) (5)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (5)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (5)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (2)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (8)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)
Senador José Agripino (DEM-RN) (8)	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (6)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) (6)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (6)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (6)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (4)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (3)	1. VAGO (3,10,14,15)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3)

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- 11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senadora Kátia Abreu (7,9,10)
Senador Romero Jucá (7)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (1)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (8,14)	1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8)	2. Senadora Simone Tebet (8,14)
Senador Waldemir Moka (8,10)	3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)	4. Senador Dário Berger (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) (5)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
VAGO (5,11)	2. VAGO (7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	1.
Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
VAGO (6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30min -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PÉ) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
VAGO ^(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPDRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3.
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO (5,13)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:30min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:30min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁷⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 61 33034440

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (10)	1.
Senador Airton Sandoval (10)	2.
Senador Dário Berger (10)	3.
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (17)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (17)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2.

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
- 1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLPSDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- 9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- 10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).

Secretário(a): Oscar Pener do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁸⁾

1 ^a Eleição Geral: 19/04/1995	7 ^a Eleição Geral: 14/07/2009
2 ^a Eleição Geral: 30/06/1999	8 ^a Eleição Geral: 26/04/2011
3 ^a Eleição Geral: 27/06/2001	9 ^a Eleição Geral: 06/03/2013
4 ^a Eleição Geral: 13/03/2003	10 ^a Eleição Geral: 02/06/2015
5 ^a Eleição Geral: 23/11/2005	11 ^a Eleição Geral: 30/05/2017
6 ^a Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. Senador Hélio José (DF)
	4. (I)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,11,14)	1. VAGO (4,5)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Angela Portela (PDT-RR) (6)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (10)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (12,13)	1. VAGO (7)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1^a Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
- A Senadora Vanessa Grazziotin foi eleita membro suplente do Conselho, conforme MEMO nº 049/2017-BLSDEM, subscrito pelo Líder do Bloco Socialismo e Democracia, Senador João Capiberibe, datado de 07.06.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.



11. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

12. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.

13. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.

14. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:**

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

REDE

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

Atualização: 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

- O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 23/03/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB**PTB**

VAGO

PP

VAGO

PDT**PSB**

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 18/10/2016

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:**

- 1^a Designação:** 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).

**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

VAGO

PCdoB

VAGO

PDT

VAGO

PMDB

VAGO

PP

VAGO

PPS

VAGO

PR

VAGO

PRB

VAGO

PSB

VAGO

PSC

VAGO

PSD

VAGO

PSDB

VAGO

PT

VAGO

PTB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****MEMBROS****PMDB****PT****PSDB****PDT****PSB****PR****PSD****DEM****PP****PTB****PPS****PCdoB****PSC****PRB****REDE****PV****PTC****Notas:**

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

